



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 518 - EDIÇÃO ESPECIAL - DE 24 DE ABRIL A 8 DE MAIO DE 2016 - R\$ 4,00

Os golpistas triunfaram **Combatamos desde já o** **governo golpista de Temer** **com as reivindicações** **dos explorados e a** **estratégia revolucionária** **do proletariado!**

Levantemos as reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos sem-teto e da classe média arruinada! **Organizemos um movimento nacional (frente única sindical) para colocar nas ruas as necessidades da maioria oprimida!** Respondamos à corrupção da burguesia e de seus partidos apontando que somente as massas mobilizadas com seus Tribunais Populares serão capazes de julgá-los e puni-los! **Enfrentemos o governo golpista com a mobilização geral e unitária dos explorados por suas reivindicações e com a luta de classes!** Ergamos a bandeira: somente um governo operário e camponês nascido das lutas e assentado na organização independente dos explorados poderá resolver a crise política, que é uma crise do poder burguês.

Política Operária

Preparar a luta contra o governo golpista de Temer

Por muito tempo, a atenção dos explorados foi atraída para as disputas interburguesas em torno do impeachment. Os sindicatos e as centrais se arrastaram por detrás dos governistas ou dos golpistas. De um lado, a CUT e aliados se dedicaram exclusivamente a garantir a sobrevivência de Dilma Rousseff. De outro, a Força Sindical e aliados, vinculados ao partido Solidariedade, trabalharam pela derrocada do governo, colocando-se sob a política do PSDB.

A subordinação dos sindicatos e movimentos à solução da crise burguesa de governabilidade permitiu que os capitalistas demitissem livremente milhares e milhares de trabalhadores na indústria, construção civil, comércio e serviços. Permitiu que as condições de existência da maioria oprimida piorassem, atacadas pela alta do custo de vida e queda salarial. Permitiu que novas investidas governamentais quebrassem direitos trabalhistas e previdenciários. E permitiu que governadores descarregassem a quebra financeira dos estados da Federação sobre o funcionalismo e aposentados.

Não cansamos de denunciar que a campanha sistêmica em torno do impeachment, seja a favor, seja contra, serviu de desvio da atenção dos explorados, que não puderam compreender, cada um por si mesmo, as reais causas da crise econômica e das demissões em massa que estremeceram o chão sob seus pés. Como é que em pouco tempo o desemprego saltou para mais de 10 milhões sem que houvesse resistência geral (a não ser isoladamente em alguns casos)? Com é que os salários foram sendo solapados em seu poder de compra sem que nada fosse feito? Essas questões permanecem.

É preciso travar um duro combate ao bloqueio montado pelas frações da burocracia ao movimento operário, que teve os sindicatos e centrais condicionados à disputa interburguesa.

O governo de Dilma Rousseff está acabado. No entanto, a CUT, CTB, MST, UNE e MTST insistem em alimentar as ilusões em dar sobrevida a um cadáver político. A Força Sindical e congêneres, por seu turno, seguirão o aparato partidário do Paulinho no apoio ao governo golpista de Michel Temer.

A burguesia tem pela frente um grande problema: oxigenar um governo cuja missão é aplicar um radical plano antinacional e antipopular. A classe operária, ao

contrário, tem como grande problema: responder à ofensiva dos capitalistas e aos ataques do governo golpista.

A instabilidade política do regime burguês, nas atuais condições, é favorável aos explorados. É preciso que se lancem imediatamente na defesa de suas reivindicações e coloquem em pé um poderoso movimento nacional antes que o governo golpista ocupe seu posto no Estado.

Não é essa a avaliação da burocracia sindical cutista, dos petistas e de seus aliados. Pretendem manter a política de defesa da democracia e da institucionalidade. O que resultará em prostração diante do governo golpista.

Já desponta nas hostes petistas e mesmo em uma parcela da hoste golpista a bandeira de convocação de novas eleições. Há setores da burguesia e do imperialismo que entendem que o melhor a se fazer é constituir um novo governo e Congresso Nacional convocando a população a votar, caso o PMDB não consiga

estabilizar a situação política. Pretende-se criar uma válvula de escape para o caso de impasse das forças golpistas e de descontentamento popular.

Os explorados, a juventude oprimida e sua vanguarda devem rechaçar essa via desde já. Não pode haver dúvida de que não se trata de estabelecer um novo governo burguês pela via “democrática”.

A tarefa consiste em organizar uma frente única sindical, nacional e de luta por um plano de reivindicações de defesa dos salários, empregos e terra aos pobres do campo. Esse plano, se aplicado por meio de assembleias, de organização de comitês de base e de luta direta, permitirá aos explorados expressarem seus instintos de revolta, superarem as influências da burguesia e despertarem a consciência social para a independência política. Esse plano, ao se dirigir contra o governo golpista e aos exploradores, fortalecerá a confiança dos oprimidos em suas próprias forças. O desenvolvimento da luta de classes é a condição que falta para se estabelecer a unidade operária e camponesa sobre a base de um programa de expropriação do grande capital e estatização do sistema financeiro. E para os explorados prestarem atenção na propaganda da estratégia revolucionária de luta pelo poder, pela constituição de um governo operário e camponês e pelas transformações democráticas e socialistas do país semicolonial.



Vitória dos golpistas

Por 367 votos pelo impeachment, 137 contra, 7 abstenções e 2 ausências, concluiu-se o golpe de Estado. Já é tido como certo que o Senado referendará a decisão da Câmara dos Deputados. Restará ainda um recurso de Dilma Rousseff ao Supremo Tribunal Federal (STF), que certamente não anulará o resultado do Congresso Nacional. O que quer dizer que a probabilidade de os governistas reverterem o golpe é quase zero. Não afirmamos total porque a crise é profunda e as contradições, contundentes.

É bom dizer que o golpe triunfou definitivamente. Uma mudança seria possível com um contra-golpe, promovido no seio das mesmas forças que travaram e travam a disputa interburguesa. O que significaria uma reviravolta na posição do PMDB, liderada pela fração oligárquica de Renan Calheiros. Essa possibilidade é remota. Toda a atenção dos peemedebistas está voltada à ocupação da cadeira presidencial por Michel Temer.

O PT e aliados procuram alimentar a ilusão de que ainda podem modificar o curso dos acontecimentos no Senado ou no STF. Certamente, estão em seu papel de força integrada à política burguesa e, portanto, ao Estado. O problema está em que enganam a militância de base e as camadas operária, camponesa, popular e da juventude que ainda estão presas ao falido reformismo.

Não por acaso, o movimento de resistência sob a bandeira de “Não vai ter golpe” teve como limite a votação na Câmara de Deputados. A intenção da direção petista é de mantê-lo canalizado para o Senado e possivelmente para o STF. Não foi uma bandeira de combate ao real poder que amparava o golpismo, que é a burguesia, especialmente o grande capital.

Dilma Rousseff, os petistas e pcdobistas reconheceram o impeachment como instrumento democrático. Não aceitaram sua aplicação sem justa causa, ou seja, sem o tal crime de responsabilidade e sem o “atentado” à ordem constitucional.

De fato, o governo de Dilma Rousseff, assim como foi o de Luiz Inácio Lula da Silva, não violou nada que atingisse o domínio de classe da burguesia e sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida. As dificuldades de sua política econômica em enfrentar a crise de superprodução mundial, de recessão e avanço da barbárie social não “atentaram” e não atentam contra a propriedade privada dos meios de produção e não chegaram a ser motivo de levantes da classe operária.

Do ponto de vista da caricata e oligárquica democracia burguesa, tem razão Dilma em acusar seus adversários políticos de promoverem um golpe de Estado. Mas mesmo que tivesse ocorrido a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda assim, seria um golpe. Nisso reside a essência da aprovação do impeachment na Câmara Federal. Os deputados usurparam de quem elegeu a presidente o direito democrático de destituí-la.

Se não se lutasse sob a bandeira de que somente quem elegeu pode derrubar o governo, não seria possível travar uma luta democrática consequente e independente das instituições do Estado, que claramente confluíam para a consecução do golpe. Foi isso que ocorreu. As manifestações em defesa de Dilma Rousseff foram devidamente canalizadas para a decisão do Congresso Nacional, enfim, para a contagem de votos dos



deputados. Foram contidos pela defesa da democracia oligárquica e do governo burguês de Dilma, que assumiu posições claramente antipopulares e antinacionais.

A experiência indica a necessidade de a CUT, demais organizações sindicais, camponesas e populares de romperem com a política burguesa-institucional do PT e se lançarem à defesa das reivindicações e bandeiras políticas da classe dos explorados. Há que se preparar imediatamente para enfrentar o governo dos golpistas. Não se deve esperar que Dilma, PT e PCdoB esgotem a via sacra do Senado, STF, UNASUL e OEA. Está colocada a urgência de combater a ofensiva capitalista contra os assalariados, camponeses pobres e a juventude oprimida.

O que significa a bandeira de eleições

A defesa de convocação de eleições presidenciais para se distinguir do contra e do a favor do impeachment serviu aos partidos que não admitiram que o País estava diante de um golpe. Embora as formulações variassem, do PSTU centrista à REDE burguesa, no fundamento se assemelhavam. Assistimos a alguns deputados se declararem pelas eleições ao votarem contra o impeachment. De forma que entre a polarização em torno da destituição de Dilma Rousseff se manifestou uma posição de defesa das eleições presidenciais e eleições gerais.

Como não poderia deixar de ser, nenhum petista e aliados poderiam aceitar essa via, uma vez que seria admitir a derrota e a derrocada de Dilma Rousseff. Agora, porém, a bandeira das eleições é discutida mais amplamente.

O PT tem pela frente a via sacra do Senado e possivelmente do STF. O que lhe dificulta desfraldar a convocação de eleições. Sem que os petistas assumam essa via de oposição ao governo de Michel Temer, dificilmente ganhará projeção. O que não lhe retira o mérito de abrir caminho de solução política para o caso de a crise se aprofundar.

A convocação de eleições presidenciais (a mais provável) ou gerais (“fora todos”, improvável) não é incompatível com o golpe perpetrado,

nem contraditório com a marcha da crise. O que ocorreria com as eleições, caso fossem convocadas? Abririam novas disputas entre os partidos da burguesia e novos realinhamentos políticos. Constituir-se-ia um governo dos partidos que se uniram para que o impeachment triunfasse. A possibilidade de

Lula voltar ao poder existe, mas com baixa probabilidade. As eleições seriam, portanto, um instrumento de encerramento da etapa da crise política que culminou com a derrubada institucional de Dilma Rousseff.

Os explorados desconfiam das eleições. Elegeram Dilma com 54 milhões de votos. Viram-se, se não traídos, desarmados diante de um governo que os atacava e que era incapaz de se contrapor à oposição golpista. Colocar na ordem do dia a reivindicação de eleições presidenciais não servirá à luta de classes, mas ao seu desvio.

Concretamente, é do interesse da burguesia e dos seus partidos a constituição de um governo eleito. O governo transitório de Temer se assenta na crise do governo petista e, assim, tem um pé no passado e outro no futuro. Não terá como se livrar do peso do golpismo, da conspiração e da traição.

Evidentemente, não são principalmente esses atributos que dificultarão a estabilização do governo nascido do golpe. A crise que destróçou a administração petista foi expressão da queda econômica e da volta dos velhos desequilíbrios estruturais do capitalismo semicolonial que caracteriza do Brasil. Um impulso econômico que acenasse para as massas que haveria uma reversão das tendências desintegradoras, provavelmente, ajudaria Michel Temer a romper o grilhão que prende um de seus pés à crise precedente.

A burguesia vai apoiá-lo e protegê-lo, pelo menos no primeiro momento, da dilacerante disputa interburguesa, que não se encerra com a derrubada de Dilma Rousseff. Um fracasso prematuro da transição atingiria de conjunto a frente ampla burguesa que na Câmara Federal confirmou o impeachment. Evidenciará o golpe de Estado, que se apresentará aos olhos da população como uma aventura. Está aí por que a bandeira de “união” e “reconstrução nacional” exigirá o arrefecimento dos conflitos interburgueses e mãos de ferro contra a luta dos explorados.

O recurso das eleições presidenciais antecipadas somente se viabilizará como necessidade suprema da burguesia diante do naufrágio do governo Temer. A próxima etapa da crise política se caracterizará pela busca da unidade burguesa, da diminuição dos choques no seio do Estado e na centralização das forças políticas da classe capitalista contra as tendências de luta da classe operária.

A defesa da bandeira de eleições diretas, no momento, é inócua e serve à demagogia pequeno-burguesa. Não serve à luta democrática contra o governo golpista, como pretendem seus defensores de esquerda.

A bandeira da revogabilidade do mandato, cujo conteúdo é o de que somente quem elegeu pode destituir, está superada pela nova situação que se iniciou com a votação de 17 de abril. O que ocorrerá no Senado será o ato final do grande circo político.

É preciso dizer claramente que o golpe já foi dado e que agora se trata de combater o governo de Michel Temer. A questão concreta é a de organizar um movimento nacional de resposta aos ataques da burguesia aos postos de trabalho e aos salários. Sobre essa base, a classe operária poderá resistir às diretrizes e medidas antipopulares e antinacionais de Temer.

As forças do golpe

A coligação que reelegeu Dilma com 54 milhões de votos (vitória apertada) foi constituída de oito partidos: PT, PMDB, PSD, PDT, PP, PR, PROS, PCdoB e PRB. Essa enorme aliança possibilitou a eleição de 306 deputados, de um total de 513. Em pouco tempo, no entanto, arrebentou-se o cordão que ligava os petistas e estalinistas aos partidos da velha ordem oligárquica. O PMDB, por meio do corrupto presidente da Câmara, Eduardo Cunha, lançou uma feroz ofensiva contra o PT e Dilma Rousseff. Apesar de Michel Temer, vice-presidente da República, no primeiro momento dar ares de colaborador do governo, não pôde conter a pressão da ala oposicionista do PMDB de abandonar o governo. De “negociador” do governo no Congresso Nacional, em pouco tempo, passou a conspirador. A dupla Cunha e Temer foi decisiva para que se esboroassem os acordos eleitorais e a governabilidade do PT. O dia 17 de abril expressou tão somente um golpe gestado no interior do Planalto.

Dos 67 deputados no Congresso, 59 peemedebistas votaram pelo impeachment. Entre eles estavam ministros, como Mauro Lopes, que poucos dias antes havia assumido o ministério da Aviação Civil, contrariando a ordem do PMDB de entregar os cargos. Apenas sete deputados se manifestaram contra. Houve uma ausência.

O PP com 45 parlamentares, 38 se posicionaram pela destituição de Dilma. Somente 4 se manifestaram contra e 3 se abstiveram.

O PSD, que poucas horas antes entregou o ministério das Cidades comandado por Gilberto Kassab, dos 37 parlamentares, somente oito votaram contra o impeachment.

Dos 39 deputados do PR, 26 foram favoráveis, 10 se opuseram e 3 se abstiveram.

No PRB a decisão pelo impeachment foi unânime, 22 votos.

A bancada de 6 deputados do PROS deu quatro votos pelo impeachment e dois contra.

Mesmo no PDT, considerado o aliado mais firme do PT, o apoio a Dilma não foi unânime. Seis votaram a favor da destituição do governo, doze estiveram com Dilma e um se absteve.

Portanto, da coligação que reelegeu Dilma, apenas o PCdoB, com 10 deputados, esteve integralmente com o PT.

Como se vê, a chamada base aliada do PT fez parte da conspiração golpista.

Sem força para rechaçar o golpe

Dos 306 deputados que se elegeram na chapa Dilma/Temer, 184 foram favoráveis ao impeachment, 113 contra, 7 abstenções e 2 ausências. Significa que 60% se colocaram pela remoção do governo.

O PT, na última hora, lançou mão de acordos em troca de cargos. Iniciou uma campanha de denúncia do golpe armado por Cunha/Temer. Recorreu ao Supremo Tribunal Federal para anular a votação do impeachment no Congresso. Tudo em vão! A decisão de afastar o governo petista já tinha sido determinada pela classe capitalista. O avanço da crise econômica exigiu a intervenção cirúrgica no poder do Estado. O governo Dilma se tornou incapaz para a burguesia de impor reformas antipopulares e antinacionais. Os partidos orgânicos da burguesia recorreram aos preceitos constitucionais, às suas instituições e à ação desenfreada da Polícia Federal contra o PT para depor o governo eleito.

Votos contra o golpe que não faziam parte da coligação eleitoral

Dilma contou com o PSOL, que foi unânime contra o golpe. Seus 6 deputados usaram a tribuna para denunciar as ações golpistas de Cunha e Temer.

A REDE, apesar da decisão de Marina Silva de votar pelo impeachment, que conta 4 parlamentares se dividiu: 2 a favor e 2 contra.

Sudeste e Sul impuseram o golpe

Os votos dos deputados das regiões Sudeste e Sul foram decisivos. Dos 367 votos em favor do impeachment, 216 vieram do Sudeste e Sul. A poderosa força capitalista, concentrada nessas duas regiões por meio de suas associações, como a Fiesp, Febrabran, firjan, CNI, etc., atuaram decididamente pelo golpe. Também os governadores de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocuparam um importante lugar no golpe. O governo do Rio de Janeiro - sob o comando do vice-governador Dorneles, o peemedebista Pezão, aliado de Dilma e Lula, está afastado - trabalhou pelo impeachment.

Eis a votação dos parlamentares do Sudeste: São Paulo, 57 pelo sim e 13 contra; Minas Gerais, 41 a 12; Rio de Janeiro, 34 a 11; e Espírito Santo, 8 a 2.

Na região Sul, Paraná, 24 a 4; Santa Catarina, 14 a 2 e Rio Grande do Sul, 22 a 8.

Maioria do Norte e Centro-Oeste se colocou pelo impeachment

Os deputados da região Norte votaram na sua grande maioria pelo afastamento da presidente, 46 a 17. Chama a atenção a votação unânime dos deputados do Amazonas e Rondônia pela destituição do governo.

No Centro-Oeste, de um total de 33 deputados, 27 se colocaram pelo sim. Ressaltamos o caso de Goiás com 16 a favor e 1 contra.

Oligarquias do Nordeste se dividiram

Com uma representação de 146 deputados, os estados nordestinos sob o comando de oligarquias compareceram divididos, 85 a favor e 61 contra.

Na Bahia e no Ceará, o voto contrário ao impeachment venceu. Na Bahia, 22 votos contra e 15 a favor. No Ceará, 11 contra e 9 a favor.

O caso mais gritante foi o do Rio Grande do Norte. Dos 8 parlamentares, 7 se posicionaram contra o governo.

Em Pernambuco, a maioria foi favorável ao impeachment, 18 a 6.

Em outros estados, como Maranhão e Piauí, a votação foi equilibrada: 5 a 5 em Piauí e 10 a favor a 8 contra, no Maranhão.

Conclusão

Observa-se que a poderosa força do Sudeste e Sul arrastou o Norte, Centro-Oeste e parte do Nordeste. O peso da burguesia do Sudeste/Sul, principalmente da sua fração paulista, fez com que na balança em favor do impeachment confluíssem as demais regiões, excetuando dois estados nordestinos (Bahia e Ceará). As oligarquias regionais do Norte/Nordeste/Centro-Oeste se arrastaram e se perfilaram por detrás do gigantesco movimento de classe média do Sudeste/Sul. Configurou-se, claramente, um golpe dirigido pela oligarquia financeira, industrial e comercial dos estados mais ricos da federação.

Supremo Tribunal Federal (STF) é parte do golpe

Diante do anúncio de Dilma Rousseff de que renunciaria o golpe em um breve discurso na reunião, em Nova York, por ocasião da assinatura do Pacto de Paris, da ONU, sobre o Clima, alguns dos ministros do STF reagiram duramente. Aham que a presidente estaria expressando uma versão pessoal e não institucional sobre o impeachment.

A apreensão dos membros da mais alta Corte se justifica. A denúncia de Dilma atinge inevitavelmente o STF. Internamente, os mais eminentes burocratas da Justiça pouco se importaram e se importam com a defesa do governo de que não há crime de responsabilidade e que, nestas condições, a aplicação do impedimento resulta em golpe de Estado. Externamente, temem pela sua imagem de homens probos e preparados para resguardar a ordem jurídica e o Estado de Direito. Não lhes seria nada agradável se Dilma conseguisse convencer ou sensibilizar uma parcela da "comunidade internacional", como se denomina para misturar as potências imperialistas e as semicolônias, para sua caracterização de que é vítima de uma conspiração. Nada do que dissesse poderia mudar a disposição da direita reacionária em ir até o fim em seu objetivo de realinhar as forças burguesas que controlam o Estado. Mas não fica bem para os togados que posam de guardiães da democracia ficarem internacionalmente marcados como parte das maquinações golpistas.

Vejamos algumas passagens das entrevistas publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", que tanto se empenhou para que o dia 17 de abril fosse a consagração do impeachment:

Ministro Celso de Mello: *"Ainda que a senhora presidente da República veja, a partir de uma perspectiva eminentemente pessoal, a existência de um golpe, na verdade há um grande e gravíssimo equívoco, porque o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal deixaram muito claro que o procedimento destinado a apurar a responsabilidade política da presidente da República respeitou, até o presente momento, todas as fórmulas estabelecidas na Constituição."*

Ministro Dias Toffoli: *"Falar que o processo de impeachment é um golpe depõe e contradiz a própria atuação da defesa da presidente, que tem se defendido na Câmara dos Deputados, agora vai se defender no Senado e se socorreu do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu parâmetros e balizas garantindo a ampla defesa". (...) "Alegar que há um golpe em andamento é uma ofensa às instituições brasileiras, e isso pode ter reflexos ruins, inclusive no exterior, porque passa uma imagem ruim do Brasil. Eu penso que uma atuação responsável é fazer a defesa e respeitar as instituições brasileiras, e levar uma imagem positiva do Brasil para todo o mundo, que é uma democracia sólida, que funciona e suas instituições são responsáveis".*

Ministro Gilmar Mendes: *"Eu não sou assessor da presidente e não posso aconselhá-la, mas todos nós que temos acompanhado esse complexo procedimento no Brasil podemos avaliar que se trata de procedimentos absolutamente normais,*

dentro do quadro da institucionalidade”.

Gilmar Mendes é um golpista de primeira hora. Não escondeu posições favoráveis à derrubada do governo em todo o transcurso da crise.

Interessa-nos a reação de Dias Toffoli, que fez carreira graduado no governo petista. O fato de o advogado Geral da União, José Eduardo Cardozo, ter apresentado a defesa do governo no Supremo, na Comissão Especial e na Câmara Federal não atesta que não houve um golpe. Tomando o ordenamento que prevê o impeachment, não se comprovou o crime de responsabilidade. Nenhum dos argumentos da defesa foi admitido, embora tenha demonstrado que tanto os tais dos decretos e as pedaladas fiscais foram utilizados por governos anteriores com a aceitação do Tribunal de Contas da União. É vergonhoso e criminoso saber que várias instituições pediram ao governo que resolvesse seus problemas de caixa por meio de decretos, inclusive o TCU, e agora se calam diante da defesa de Dilma. Ficou comprovado que tanto os decretos quanto as pedaladas não foram criação do governo. A mais escancarada desfaçatez é a ignorância de que o vice-presidente Michel Temer também assinou decretos. Não é preciso discutir se houve ou não crime de responsabilidade, basta a constatação de que se está usando dois pesos e duas medidas para se configurar indubitavelmente a convivência do STF com o golpe.

Os ministros aqui citados queriam que a presidente deposta fosse até a cerimônia de assinatura do Pacto de Paris e representasse o Brasil como um boneco. Que mostrasse um País alicerçado em uma saudável e forte democracia que acaba de derrubar um governo eleito por 54 milhões de votos por meio de deputados que dedicavam seus votos à sua família, à seita que pertence, ao “povo” de seu estado, ao torturador coronel Brilhante Ustra, à moralidade, etc. Querem que Dilma assuma a derrocada como consequência de seus atos criminosos e do pleno funcionamento das instituições (Congresso Nacional, Supremo, Ministério Público e Polícia Federal). É na condição de golpistas que Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli reagiram à intenção de Dilma de denunciar o golpe.

É certo que o governo e o PT participaram de todo o trâmite a todo momento reivindicando o “contraditório” e o “direito à defesa”. José Eduardo Cardozo, até certo ponto, teve espaço para se pronunciar e inclusive denunciar o golpe, mas isso diante de instituições e forças político-judiciais favoráveis ao impedimento de Dilma, para as quais as denúncias eram irremovíveis e o julgamento já estava pronto. Os governistas com a corda no pescoço acreditavam que seria possível convencer seus executores de que estavam diante de um réu inocente.

As seções da Comissão de Ética, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados se assemelharam a uma grotesca teatralização e a um animado circo. É nessas condições que o governo se defendeu em vão. Mas serviu para expor o quanto a democracia brasileira continua oligárquica, manietada pelo grande capital do Sudeste e Sul e corrompida pela política do caciquismo do Norte e Nordeste.

Dizem os ministros que o Supremo determinou com clareza “parâmetros e balizas” para que o processo de impeachment ocorresse de acordo com as leis e com a Constituição. Não importa, portanto, se as forças da oposição, derrotadas em

outubro de 2014, durante meses e meses, urdiram uma campanha sistemática para derrubar o governo. Basta que o rito esteja conforme o estipulado pelo STF para que o impeachment tenha sido filho legítimo da democracia – assim querem que os tolos acreditem.

Em 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha encaminhou o impeachment. Aí se configurou o golpe. O delinquente montou a Comissão Especial de acordo com o que achava melhor para impor a admissibilidade. O PCdoB entrou com representação no STF. No dia 17, os ministros aprovaram um rito, desfazendo a Comissão Especial, estabelecendo outros parâmetros (votação aberta, etc.) e determinando a finalização do processo no Senado. A imprensa golpista reclamou da ingerência do STF no legislativo. Os governistas comemoraram, em seu pueril cretinismo legalista. Parecia que os ministros tinham criado uma barreira impossível de vencer. No entanto, o STF tão somente estava se resguardando como também resguardando o processo de impeachment que dependia da evolução da crise política.

O golpe seria dado pelo Congresso Nacional, mas para isso era necessário o concurso do poder judiciário. Ao Supremo, não interessava se havia crime de responsabilidade. Era evidente que se tratava de uma ação puramente política. Somente lhe interessava o denominado rito, ou seja, o procedimento



Ministros Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Melo criticaram Dilma e defenderam a “legalidade” do golpe

legal. Justamente porque a oposição pleiteava derrubar o governo e usava uma falsa denúncia armada por três juristas. Era preciso criar as condições políticas. Uma vez reunidas as forças capazes de levar adiante o processo legal (exposição de motivos, defesa do governo, relatório, admissibilidade, votação do prosse-

guimento da admissibilidade e finalmente a decisão pelo afastamento da presidente), o STF permaneceria à margem.

Bastou a declaração do ministro Marco Aurélio de Farias Mello, em 30 de abril, de que sem o “fato jurídico” o impeachment seria apenas um “fato político”, para a imprensa golpista desqualificá-lo, lembrando que é parente do ex-presidente Collor de Mello e que pretendia “judicializar a política”. É bem possível que Dilma Rousseff recorra ao Supremo. Será o momento crucial que exporá as posições de cada ministro, caso venha a ocorrer.

Há que se considerar o lugar que o STF ocupou no processo geral do golpe. Basta que se verifique a intervenção política da Operação Lava Jato e o particular desempenho do juiz Sérgio Moro para se ter a mais nítida compreensão de que o STF foi fundamental para os avanços das forças golpistas. Sem as calculadas ações, vazamentos seletivos de informações, concentração da investigação no PT e declarações dos agentes da Lava Jato, o impeachment não teria se viabilizado. As arbitrariedades e violações foram um componente da situação política. Chegou-se ao ponto da PF, autorizada pelo juiz, grampear o telefone presidencial. A alegação de que o alvo era Lula e não Dilma foi um deboche, que somente se permite em uma situação de violações, irregularidades e de desrespeito geral.

A posterior intervenção do ministro Teori Zavascki para disciplinar o jogo político do juiz paranaense não passou de mais uma manobra no campo dos golpistas. O ministro Gilmar Mendes se baseou no grampo de Moro para acatar a representação do PPS e PMDB contra a posse de Lula como ministro da

Casa Civil. Reproduziu em seu parecer os diálogos e desfechou a avaliação de um golpista sem peia: acusou Dilma de cometer “desfaçatez”. Interferências como a de Gilmar Mendes serviram para potencializar os ataques dos inimigos do governo.

Não vamos descrever cada aspecto da atuação de ministros e do STF voltada a amparar juridicamente o movimento golpista. Lembremos apenas a condução coercitiva de Lula, o que se tornou um meio corriqueiro de propaganda política. À exceção do ministro Marco Aurélio Mello que se pronunciou peremptoriamente afirmando que a condução coercitiva somente se justifica quando há recusa do intimado, os demais ou falaram a boca pequena no pequeno círculo de ministros ou se calaram. Foi mais uma das ações políticas de Sérgio Moro que violou a ordem legal e que o STF admitiu com inconsequentes e hipócritas correções. O ato da presidência da República, por sua vez, de nomear um ministro foi cerceado em nome de uma intencionalidade e não de uma violação concreta.

Somam-se as investigações direcionadas, quando os demais partidos estão também implicados com as empreiteiras, os vazamentos calculados para alimentar a imprensa que se declarava abertamente pela derrubada do governo, a publicidade montada nas prisões coercitivas ilegais, as delações premiadas obtidas segundo os interesses políticos em questão, a escuta telefônica da presidente da República, etc. e temos o retrato completo da Lava Jato como arma do golpe institucional.

A oposição se fartou e posou de ilibada, quando está repleta de ladrões, tendo em seus quadros um delinquente como Eduardo Cunha, que até agora foi protegido, inclusive pela

Suprema Corte. A imprensa monopolista se fartou com os vazamentos seletivos, de maneira que criou um tribunal diário onde havia acusadores e raramente a defesa. Esse tribunal de exceção serviu para condenar os petistas e seu governo diante da população, impulsionando a psicologia coletiva para o impeachment e incentivando a classe média rica a servir de base social para o golpe institucional.

É nesse quadro geral que o STF e, em particular, alguns ministros, como Gilmar Mendes e Teori Zavascki, participaram e participam da derrubada de um governo eleito com 54 milhões de votos. Valeram-se da desintegração da gestão de Dilma para reunirem forças nos poderes do Estado, criarem uma caricatura de remoção constitucional da presidente e desconhecem que somente quem elegeu pode decidir sobre o destino de quem foi eleito. A chamada independência e harmonia dos poderes, bem como o autoelogio de que o Brasil tem uma democracia funcionando perfeitamente, tem servido aos golpistas, que fazem carreira no Estado para servir aos interesses gerais da burguesia e em particular de suas frações oligárquicas.

O PT e seu governo se mostraram comprometidos com essas relações de poder, inteiramente voltadas contra o proletariado e a maioria oprimida, e assim se mostram impotentes e incapazes de denunciar o papel ativo e passivo do Supremo no movimento que desembocou na miserável aprovação do impeachment de Dilma Rousseff. O POR foi claro ao incluir na sua bandeira de “Abaixo o golpe” a denúncia de que o Supremo Tribunal Federal é parte do golpe.

Capitulação de Dilma Rousseff

Em seu breve discurso na solenidade da assinatura do Acordo de Paris, sobre a situação climática, Dilma Rousseff concluiu com uma frase incompreensível, agradecendo àqueles que a apoiaram. Estava previsto que denunciaria o golpe, para isso bastava uma só frase clara e inconfundível.

O final lacônico e tartamudo da presidente deposta, no entanto, não foi surpreendente. O comentarista da Globo, Gerson Camarotti, um empedernido e preparado porta-voz da reação, antecipou pouco antes do discurso que Dilma havia desistido de se referir ao golpe de Estado.

Depois da reação dos ministros do STF, contrapondo-se ao teor do pronunciamento previsto, segundo informações de Camarotti, os assessores convenceram Dilma a mudar o seu teor. Os golpistas, principalmente Michel Temer e os ministros do STF já não tinham que se preocupar com a “imagem do Brasil no exterior”. Não se oficializaria em uma reunião da ONU a denúncia de que a presidente ali presente estava deposta por um golpe institucional. Assim, não se criaria embaraço para o imperialismo que esteve pelo golpe e está pela mudança de governo no Brasil; não incentivaria governos aliados ou simpáticos ao PT a irem adiante com a denúncia formalizada; não criaria nenhum obstáculo para o novo governo que tem de se livrar da pecha de golpista; não mancharia a reputação da oligárquica democracia brasileira; e livraria o STF do incômodo de ter de explicar que não é parte do conluio burguês que pôs para correr o governo petista.

A desistência de Dilma Rousseff, sem dúvida, passará para a história como covardia política. O que expressou capitulação. Foi a demonstração de que, submetida à institucionalidade – Dilma e o PT exerceram o papel de governo burguês –, não tinha como ser consequente na caracterização, na denúncia e

na resistência ao golpe.

Esse final evidencia o quanto o movimento da Frente Brasil Popular, com a bandeira institucional do “Não vai ter golpe” e “Fica Dilma”, ludibriou a parcela dos explorados e as bases populares petistas contrárias ao impeachment. Não poderia, portanto, organizar um movimento revolucionário de levante contra a burguesia e seus partidos sob a correta bandeira de “Abaixo o Golpe!”.

O PT é um partido da ordem capitalista, por isso não pode se contrapor, com bandeiras e métodos de luta do proletariado, ao golpe que defenestrou seu governo. Espera se manter como partido de Estado, como opção governamental para o caso de emergência, como a que se configurou em fins dos anos 90 e começos de 2000. Deve arcar com o golpe sem romper com as instituições no seio das quais se gestou e se fortaleceu o golpismo. O PT e Dilma podem atacar os chefes do golpe, como Aécio Neves, Michel Temer e Eduardo Cunha, mas não podem atacar o Congresso Nacional e, sobretudo, devem preservar o STF.

A covardia de Dilma, expressa na reunião da ONU – falamos do governo e não da pessoa –, é típica de quem foi derrotado pelos seus próprios aliados e de quem paga por sua própria política burguesa.

A esquerda que se colocou no campo da Frente Brasil Popular e da defesa do governo Dilma deve ser responsabilizada por não ter se posto no campo da independência de classe, única trincheira possível de luta contra o golpe, e ter seguido a rota traçada pelo PT e sua burocracia sindical. Rota essa que conclui com a presidente deposta se acovardando diante dos ataques dos ministros Celso de Mello, Dias Toffi e Gilmar Mendes.

As massas seguem a política burguesa

Logo após a reeleição de Dilma, iniciaram-se as manifestações da oposição burguesa. Uma ostensiva campanha tomou conta dos grandes meios de comunicação convocando uma manifestação para 15 de março de 2015, sob a acusação de que houve um estelionato eleitoral. Foi alimentada pela violenta crise econômica e pela ação da Polícia Federal contra o PT, acusado de corrupção. O que permitiu setores da classe média saírem em defesa da remoção do governo eleito.

Diante da investida da oposição, a CUT, MST, UNE e PT convocaram uma manifestação de apoio ao governo Dilma, que se realizou no dia 13 de março. Tratava-se de uma luta interburguesa, um ato governista (dia 13) e um oposicionista (dia 15). Não havia ainda uma posição comum por parte dos oposicionistas de destituir Dilma Rousseff. O PSDB não podia ainda tomar a frente do movimento pró-impeachment. Era preciso resolver suas divergências internas, ganhando apoio do maior partido, o PMDB.

A CUT e seus aliados se viram pressionados a convocar os explorados para defender o governo. Havia uma contradição: Dilma estava implementando medidas antipopulares. Assim, a convocatória do dia 13 procurou encobrir que se referia a um ato de apoio. Dizia que não era “nem pró e nem contra o governo”. Trazia a máscara da defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores. O POR denunciou a armadilha da CUT e divulgou uma declaração do porquê não poderia participar do ato do dia 13. Em uma de suas passagens diz: “*Não se trata de convocar os explorados para sustentar o governo antinacional e antipopular diante da ofensiva do PSDB e seus comparsas. Trata-se, sim, de convocar e organizar a classe operária e demais explorados para se defenderem contra os ataques do governo e da burguesia, que vêm se ampliando. A luta por suas reivindicações os levam a se chocar com a política burguesa de conjunto (governistas e oposicionistas). Partindo das necessidades mais prementes dos oprimidos, torna-se possível mostrar-lhes o caminho de solução revolucionária da crise política. A estratégia da classe operária é a do governo operário e camponês, que será constituído com a revolução proletária. A defesa das reivindicações e da estratégia do proletariado implica desenvolver a organização das massas no campo da independência de classe. O que está fazendo o PT, a esquerda capituladora e a burocracia sindical é manter a subordinação dos explorados ao governo burguês de Dilma e à luta interburguesa*”. E conclui: “*Pela constituição de um movimento nacional de frente única em defesa dos empregos, salários, direitos, moradia, saúde e educação. Um movimento que una operários e camponeses em luta contra os latifundiários e pela revolução agrária. Um movimento que de fato combata pela estatização da Petrobrás e de todas as fontes de matérias-primas, sem indenização e sob o controle operário. Um movimento que se desenvolva como frente única anti-imperialista para expropriar o grande capital e conquistar a independência nacional*”.

A crise econômica potencializou a crise política. Tanto a oposição burguesa, quanto o PT, procurou desfazer ou manter o governo por meio dos instrumentos da democracia burguesa e suas instituições. O impeachment de Dilma ganhou força e os governistas ficaram à mercê da política de que era preciso defender o governo pela via constitucional.

Os oposicionistas se potenciaram com as delações premiadas da Lava Jato para criminalizar o PT. A imprensa monopolista e os organismos de classe da burguesia, Fiesp, etc. não deram um segundo de trégua ao governo.

Depois do ato do dia 12 de abril, bem menor que o anterior, a oposição convocou nova manifestação para o dia 16 de agosto. Pôde contar mais abertamente com “organizações” montadas especialmente para exercer ações políticas sobre a classe média, como é o caso do “Movimento Brasil Livre” (MBL) e “Vem pra Rua”. As redes sociais

serviram de convocação para atrair a classe média. Na manifestação, milhares de pessoas ergueram as bandeiras do “Fora Dilma!”, “Fora Lula!” e “Fora o PT!” e de louvor ao juiz Sérgio Moro. Foi um ato para imputar ao PT o crime da corrupção. Mas não pôde superar o primeiro ato em número de participantes.

Em 20 de agosto, foi a vez do PT, PCdoB, CUT, CTB, MST, MTST e UNE saírem em defesa do governo. Novamente, foram obrigados a disfarçar com “críticas” as medidas antipopulares de Dilma. A campanha burguesa conseguiu dividir as massas entre as que se colocavam do lado dos governistas e dos oposicionistas. O POR lançou uma manifesto em defesa da independência de classe. Destacamos a passagem: “*O proletariado é a única classe que pode pôr fim ao pântano putrefato. Não o faz porque não está sob a direção do partido revolucionário e se encontra controlado pela burocracia sindical que serve de instrumento para a política geral de dominação burguesa. A corrupção em grande escala é tão somente um sintoma do esgotamento e desintegração do capitalismo. Manifesta-se, por isso, em todos os países, com menor ou maior repercussão. A política do proletariado não combate a corrupção em si mesma. Se o fizesse cairia no moralismo hipócrita da burguesia e da pequena burguesia reacionária. Combate a partir da raiz do problema, que se encontra nas relações capitalistas de produção. A expropriação da grande propriedade dos meios de produção e sua transformação em propriedade social é o ponto de partida para a extinção de todas as chagas do capitalismo. A revolução proletária cumprirá esse objetivo*”. E conclui: “*O fundamental da situação está na luta da vanguarda pela independência da classe operária diante das variantes da política burguesa. Trata-se de travar o combate pelas reivindicações das massas, por meio do qual se torna possível organizar a Oposição Revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff*”.

A oposição burguesa não convocou mais atos em 2015. Aguardou a ampliação da crise política e a conduta do PMDB. Em 2 de dezembro, o presidente da Câmara abriu o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O pedido de Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janáina Paschoal tinha sido protocolado desde outubro.

O processo de impeachment ficou parado. As manifestações se limitaram às campanhas por meio da imprensa e das redes sociais. Porém, veio à tona quando o Supremo Tribunal Federal deu o veredito sobre o funcionamento da comissão e votação no Congresso. Em 12 de março, a Convenção do PMDB decidiu romper com o governo e deu prazo para a entrega dos cargos. O partido tinha seis ministérios. A ala Temer ganhou força para potencializar o impeachment.

No dia 13 de março, retomaram-se as manifestações de rua. Os partidos pró-impeachment, os movimentos “Vem pra Rua” e “Brasil Livre, Fiesp e a imprensa monopolista patrocinaram os protestos em várias capitais do país. Milhares de pessoas novamente ocuparam a Av. Paulista exigindo a remoção de Dilma e acusando o PT de corrupção. O POR divulgou uma declaração sob o título: “*As condições para o golpe triunfar estão dadas. Como enfrentar a reação direitista?*”. Eis que afirmava: “*Tem-se ressaltado que a democracia está forte, uma vez que as instituições estão funcionando de forma independente. O certo é que o movimento pela derrubada de um governo eleito demonstra que as instituições funcionam de acordo com os interesses gerais da burguesia. A crise econômica está ditando o curso da crise política e expondo o caráter oligárquico da democracia brasileira. O governo do PT já não serve à classe capitalista. A solução da oposição é derrubá-lo. A campanha de criminalização do PT desperta ódio na classe média rica, principalmente no estado de São Paulo. No fundo, está colocada a polarização e a agudização da luta de classes. Esse é o ponto fundamental*”. E conclui: “*Há que se lutar com todas as forças pela independência política da classe operária, como tem feito dia a dia o Partido Operário Revolucionário em construção. Nossa tarefa é a de combater o golpe*”.

e conter o avanço da direita a partir das reivindicações próprias da classe operária e demais oprimidos. Está colocado constituir uma frente única sindical e política em defesa da vida das massas e contra o impeachment”.

No dia 18, o PT, PCdoB, CUT, CTB, MST, MTST e UNE realizaram um gigantesco ato, também na Paulista. Lula discursou enfatizando a decisão do juiz Gilmar Mendes de impedir que assumisse a o ministério da Casa Civil. Professou a “paz” dizendo que era preciso restabelecê-la, que não cabia o discurso do ódio. Concluiu defendendo a democracia e o Estado de Direito. A bandeira que ecoou era “Não vai ter golpe”.

Os movimentos populares e os sindicatos vinculados ao PT e ao PCdoB colocaram milhares de pessoas na manifestação do dia 31 de março, em Brasília. Objetivava vincular o golpe militar de 31 de março de 1964 com o golpe institucional contra Dilma. Sob a bandeira “Não vai ter golpe”, no mesmo dia, a Praça da Sé, em São Paulo, foi tomada pelos movimentos e sindicatos contra o impeachment.

No dia 11 de abril, a Comissão Especial votou favorável à aceitação da acusação de que Dilma cometeu crime de responsabilidade (38 a 27). Nesse momento, os movimentos populares e sindicais realizaram debates e atos, que serviam de “pressão” ao Congresso. No Rio de Janeiro, o ato contou com artistas e com a figura carismática de Chico Buarque. O POR publicou uma declaração afirmando: “As manifestações de uma camada da classe média a favor do impeachment e as contrárias, organizadas pela Frente Brasil Popular (CUT, CTB, MST, UNE, PT e PCdoB), servem ao circo parlamentar. Não foram independentes e não expressaram o poder da maioria oprimida. São manifestações subordinadas às disputas políticas no Congresso Nacional e judiciais no Supremo Tribunal Federal” (...) “O fato de a classe operária não ter seu partido revolucionário e carecer de organizações próprias independentes das forças burguesas não tem como julgar de seu ponto de vista de classe a crise, responder com sua política e combater o golpe da direita com seu programa e estratégia de poder (a luta por um governo operário e camponês)”. (...) “Quem elegeu é que pode destituir! Esse pressuposto é da própria democracia burguesa. A revogabilidade do mandato por quem elege não consta no ordenamento jurídico e político do Estado brasileiro, justamente porque implica que as massas exerçam a soberania política. A burguesia não pode admitir nem mesmo a sombra do “poder que emana do povo”. Em seu lugar, copiou das democracias imperialistas o princípio do “impeachment” (impedimento), cujo pressuposto antidemocrático está em que o Congresso Nacional, seus partidos e parlamentares representam o “povo”. Essa é a única razão pela qual os explorados devem lutar contra o impeachment e, portanto, contra a derrubada de Dilma por essa via”.

No dia 15 de abril, dois dias antes da votação no Congresso, o POR publicou a declaração: “Congresso Nacional concluirá o golpe de Estado”. Trouxe uma análise das forças golpistas: PSDB, PMDB e seus seguidores, Sérgio Moro como comandante da Operação Lava jato, a imprensa monopolista, a Fiesp, a OAB, Supremo Tribunal Federal e o imperialismo. Destacamos duas passagens: “Não se deve desconhecer ou ocultar o papel do Supremo Tribunal Federal. O terceiro poder não apenas foi isento – jamais o judiciário é isento, mas é nas crises que expressa seu pendor político – como também colaborou com o progresso do movimento golpista. Permitiu e deu guarida à Operação Lava Jato centrada no PT e aos vazamentos. As arbitrariedades e as flagrantes violações da lei pelo juiz Sérgio Moro foram praticadas diante dos olhos do STF. A aprovação do rito para o impeachment e para a Comissão Especial, que pareceu a favor de Dilma, como

se interpretou no momento, tão somente resguardava e ainda resguarda seu papel final de reconhecer que o impeachment é constitucional e que não há golpe institucional”. “Domingo, dia 17 de abril, a Câmara dos Deputados, cassará o voto de 54 milhões de brasileiros. Porá às claras a fraude burguesa da “soberania do voto popular”. Assumirá o poder arbitrário e autoritário de depor um presidente eleito. Executará o objetivo particular do PSDB, de sua coligação eleitoral e do candidato Aécio Neves derrotado em outubro de 2014. Servirá ao realinhamento de forças no seio do Estado pela via da cassação do mandato presidencial. Coroará o PMDB que se colocou finalmente na linha de frente do golpismo peessedebista-demista. Servirá à fração mais poderosa da burguesia nacional do Sudeste, em particular da paulista. E cumprirá os desígnios dos credores nacionais e internacionais dos cofres da União. Fortalecerá as diretrizes gerais do imperialismo diante da profunda crise mundial, da América Latina e do Brasil”.

No dia da votação do impeachment, 17 de abril, ocorreram manifestações favoráveis e contrárias, tanto nas capitais como em Brasília. Em clima de festa, os manifestantes pró-impeachment comemoraram a cada voto no Congresso. Por sua vez, os atos em favor do governo transcorreram passivamente. Limitaram a cantarolar “Não vai ter golpe”, entre um discurso e outro nos carros de som. Após o resultado de 367 a 137, os manifestantes se dispersaram. Coube a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo lançarem uma carta pública, sob o título: “Vamos derrotar o golpe nas ruas!”. Diz: “Continuaremos na luta para reverter o golpe, agora em curso no Senado Federal e avançar à plena democracia em nosso País, o que passa por uma profunda reforma do sistema político atual, verdadeira forma de combater efetivamente a corrupção”. (...) “a nossa luta continuará com paralisações, atos, ocupações já nas próximas semanas e a realização de uma grande Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, no próximo 1º de maio”.

O POR publicou sua declaração, no dia 18, confirmando seu prognóstico. “Triunfo da conspiração golpista”. “A classe capitalista derruba o governo burguês de Dilma Rousseff. A Câmara Federal apenas confirmou, neste domingo, 17 de abril, o golpe desferido em 2 de dezembro de 2015, quando seu presidente, Eduardo Cunha, instaurou o processo de impeachment. O relatório da Comissão Especial tão somente mascarou o golpe com a legalidade constitucional”. (...) “O governo e as lideranças petistas acreditaram ser possível barrar o impeachment de-

monstrando que não havia crime de responsabilidade. As direções da CUT, CTB, MST e UNE se subordinaram a essa linha. Estava, no entanto, claro que a acusação de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal não passava de um mero motivo. Não era necessário ser verdadeira e nem constituir um “atentado à Constituição”, como argumentou o advogado Geral da União José Eduardo Cardozo. Os golpistas estavam em posição política superior para levar adiante a farsa do crime de responsabilidade”. (...) “Os petistas, estalinistas e burocracia sindical fizeram de tudo para apresentar para os explorados que se tratava de uma disputa entre democracia e antidemocracia e não de luta de classes. Esconderam a raiz da crise política que se encontra na decomposição do capitalismo e na necessidade de a burguesia centralizar o Estado por meio de um governo com mãos de ferro. De fato, o golpe seria barrado se a classe operária avançasse em luta direta contra os capitalistas e o próprio governo Dilma sob suas próprias reivindicações econômicas e bandeiras políticas”. (...) “Trata-se de ampliar a denúncia do golpe e continuar as mobilizações, mas sob as reivindicações da classe operária, dos camponeses oprimidos e dos pobres e miseráveis”.



Ato em favor do Lula e do governo Dilma na Av. Paulista

As posições do POR diante da crise política

Fizemos um breve quadro das principais colocações do POR em 2015 e 2016.

Massas 492

Após a reeleição de Dilma Rousseff, o POR mostrou que se tratava de um governo de crise. Em 6 de fevereiro de 2015, Massas 492, publicou um artigo que dizia: *“Os escândalos de corrupção no governo de Lula deram um duro golpe no PT. Resultaram finalmente na prisão de fundadores e dirigentes de primeira linha do partido. Refletiram as disputas interburguesas em um quadro de estabilidade econômica. Quando encerrava o processo do “mensalão”, explodiu o da Petrobrás. A tempestade desabou sobre o segundo mandato de Dilma Rousseff. Desta vez, a dinâmica da crise política é impulsionada pelos desastres econômicos. O emblemático PT vem sendo arrastado pelos acontecimentos. Não tem como reagir aos golpes da oposição e de seus próprios aliados circunstanciais”. (...) “No Congresso, cresceu o oposicionismo, apesar de a base aliada constituir maioria. A eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara de Deputados fortalece o cerco peemedebista ao governo e favorece a ação da oposição. Dilma Rousseff está praticamente sitiada. O PT pouco ou nada pode fazer”. (...) “A superação dessa experiência virá com a construção do partido revolucionário. O POR deu um passo para a derrota ideológica do reformismo, combatendo-o no terreno do programa e demonstrando a sua função contrarrevolucionária. A sua transformação em uma força capaz de influenciar a luta de classes e colocar-se à frente do proletariado é uma tarefa de ordem histórica. Cabe a sua vanguarda trabalhar com afinco para soterrar o reformismo e com ele toda a política de dominação burguesa. A defesa das reivindicações das massas e a organização de uma Oposição Revolucionária ao governo de Dilma Rousseff dará um impulso à tarefa de superar a crise de direção revolucionária”. Portanto, o prognóstico de que a crise econômica potencializaria a crise política e o governo Dilma estava de mãos atadas diante de um Congresso Nacional oligárquico e do avanço das denúncias de corrupção envolvendo o PT. Ressaltava que a classe operária deveria agir com independência de classe, apoiando-se na defesa de suas reivindicações e levantando a bandeira de nenhum apoio ao governo por meio da bandeira de oposição revolucionária ao governo de Dilma Rousseff.*

Massas 493

O Jornal Massas, nº 493, 26 de fevereiro de 2015, trouxe uma matéria intitulada: *“Como enfrentar a crise política”*. Iniciava afirmando: *“O sinal exterior da crise política se reflete na discussão sobre a destituição de Dilma Rousseff da presidência da República. Setores do PSDB e da direita pequeno-burguesa levantam a bandeira de “impeachment”. Está prevista para março uma manifestação nesse sentido. O governo, PT, burocracia cutista e mesmo correntes de esquerda denunciam o golpismo. Discute-se a constituição de uma frente popular para se contrapor à marcha do golpe. Inúmeros são os artigos da grande imprensa comentando os prós e contras”. (...) “A tarefa dos burocratas na próxima etapa do governo é a de ocultar seu caráter burguês, voltado a atacar a vida das massas. Qualquer concessão dos sindicatos e das esquerdas a Dilma serve ao grande capital. Qualquer vacilação diante das manobras em torno do golpismo para justificar o apoio a Dilma serve à luta interburguesa. A tarefa consiste justamente em desmascarar perante os pobres e oprimidos o governo antioperário. Que será cumprida, defendendo com vigor as reivindicações que opõem os explorados aos exploradores e ao seu governo. Uma das ações é a defesa da derrubada de todas as medidas que sacrificam os trabalhadores. A bandeira que corresponde à crise política é organizar no seio das massas a Oposição Revolucionária ao Governo*

Burguês de Dilma Rousseff (PT).

Massas 494

O POR, no Massas 494, 14 de março, analisou o avanço da crise econômica que transborda em crise política no artigo intitulado: *Responder à crise política com o programa, estratégia e método de luta da classe operária*, que dizia: *“O que diferencia a situação de Dilma é que não consegue unificar a burguesia em torno de sua política econômica. Está aí a base da divisão interburguesa que se expressa na forma de crise política. De um lado, Dilma não consegue arregimentar amplo apoio para concretizar as medidas liberais de seu ministro Joaquim Levy, apesar de todos terem saudado como uma escolha necessária. De outro, a prisão dos chefes das empreiteiras e a lista dos parlamentares apresentada pelo Ministério Público abalam os partidos e as instituições do Estado. Está aí a junção de fatores que desestabilizam a governabilidade”. (...) “O governo e o PT se agarraram à bandeira do impeachment. A acusação de golpismo é um bom argumento para colocar a oposição na defensiva. As manifestações mostraram que essa manobra é uma boa cobertura para a burocracia desviar o caminho da luta para bandeiras burguesas como a da “reforma política” e contra o “retrocesso”. Entrou nesse rol a tal da defesa da Petrobrás. Não faltaram esquerdistas que se acham bons estrategistas para convocar o ato como se fosse um instrumento de combate ao golpe de direita. Colocaram-se, assim, sob a tutela do PT, da burocracia cutista e do governo antipopular de Dilma. Na situação de crise econômica e política, ressalta a importância de a classe operária não estar organizada no campo da independência de classe” (...) E conclui: “Nossa tarefa consiste em manter firme a luta pela construção do partido e pela independência política da classe operária. A estratégia da revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês determinam a política de independência de classe. Combatemos o governo do PT com o programa da revolução social. Chamamos os operários, camponeses e a juventude oprimida a se unirem em um só movimento em defesa dos salários, dos empregos, dos direitos trabalhistas e das condições de existência. Seja qual for o governo burguês – do PT ou do PSDB – essa é a luta. Qualquer desvio desse caminho resulta em traição aos explorados.”*

Diante das convocatórias dos atos de 13 e 15 de março, pró-Dilma e contra a presidente, respectivamente, o POR defendeu a posição da independência de classe, alertando as massas a não serem arrastadas pela disputa interburguesa. Disse que o PT, diante da crise de governabilidade e da ofensiva da oposição burguesa, encabeçada pelo PSDB, retomou a sua colocação de que é preciso reformar o Estado. Oculta que foi exatamente a estratégia de “democratizar o Estado” que acabou empurrando o PT no lamaçal da corrupção. Por isso, o POR rechaçou a manobra do PT, PCdoB e da burocracia sindical de se utilizar da bandeira do impeachment para defender um governo que descarrega a crise econômica sobre as massas e se mantém submisso ao capital financeiro.

Nesse mesmo artigo, fez uma crítica às correntes O Trabalho e PCO que se colocaram em apoio ao governo. *“As correntes mais a esquerda, internas ao PT, como O Trabalho, se acobertam com a bandeira da convocação de uma Constituinte exclusiva, completamente rejeitada pelo governo Dilma e pelo próprio PT. Coube ao PCO, que se intitula trotskista, insistir na campanha de que está em curso um golpe de direita no Brasil. Saiu em defesa do governo federal, disparando contra as correntes de esquerda que não adeririam ao ato pró-Dilma. Assim, PCO contribuiu para obscurecer o essencial, que é o conteúdo de classe do governo, deixando de demonstrar que a crise política deriva da disputa in-*

terburguesa. Para escorar sua capitulação precisou identificar o petismo com um “nacionalismo moderado”. Bastou a direita bater o pé para esta corrente pequeno-burguesa, pretensamente revolucionária, sair rosnando por debaixo das bandeiras do PT de defesa de Dilma”.

Massas 496

Em 11 de abril, o Massas 496, mostrou Dilma acuada pelo PMDB e a ação de Michel Temer contra o governo do PT. “O circunspecto Michel Temer, vice-presidente, se sente à vontade para impor condições a Dilma. Acaba de exigir a supressão da Secretaria de Relações Institucionais, de pôr para correr o ministro petista Pepe Vargas, considerado de esquerda, e de assumir o posto de articulador político do governo. Essas medidas constituíram um golpe dentro do governo”. Seguiu mostrando o golpe de Temer como articulador político. “O que se espera do vice-presidente que sempre foi figurativo? Que convença Calheiros e Cunha a acatarem as decisões do Executivo? É o que imagina Lula e provavelmente Dilma que se convenceu pela força dos fatos que chegou a hora de dar poderes ao PMDB para estancar a hemorragia do governo. Na realidade, a governabilidade passou integralmente para as mãos da tríade Renan Calheiros, Eduardo Cunha e Michel Temer. Essa três figuras representam as três principais tendências que comandam o PMDB, uma ligada à oligarquia nordestina e duas aos capitalistas do Sudeste”. Dizia que o aumento do poder dos peemedebistas no governo resulta da vitória de “Pirro” de Dilma Rousseff contra Aécio Neves. Ressalta que os golpistas estão dentro do governo. E conclui chamando os explorados a se colocarem no seu campo de classe, da independência política.

Massas 498

No Jornal Massas, nº 498, de 9 de maio, ressaltou o papel do PSDB, a ofensiva do PMDB e servilismo do PT. Diz: “O PSDB aproveitou o escândalo e a aversão da classe média a Dilma para pendurar-lhe sobre a cabeça a espada de Dâmoqueles – o “impeachment”. Um setor do PMDB deu-lhe um ultimato, ou vocês do PT nos entregam a condução política do governo, ou abandonaremos o governo a sua própria sorte. É sabido que o impeachment depende dos peemedebistas. Armou-se um golpe interno à base aliada: Dilma destituiu seu articulador político e concentrou as suas funções na vice-presidência, exercida por Michel Temer”. Sob o título o fracasso do PT, o artigo conclui: “Era previsto o fracasso do reformismo petista e a sua total adaptação ao grande capital. Muitos acreditaram que o PT poderia mostrar muitas fraquezas diante das pressões objetivas da economia e das mais poderosas frações da burguesia, mas não admitiam que acabaria concluindo como instrumento do capital financeiro. Há ainda quem não acredita – mesmo com todas as evidências – que o PT e seu governo estão em posição de ataque às conquistas elementares do proletariado. E insistem que é preciso defender Dilma contra um golpe da direita, como se o seu governo não tivesse assumido a política econômica da direita burguesa”.

Massas 501

O editorial do Massas nº 501, sob o título Agrava-se a crise política, mostrou o papel de Sérgio Moro em criminalizar o PT e o papel da oposição burguesa em desgastar ao máximo o governo eleito. “A Lava Jato é uma operação política e econômica. Envolve todas as instituições do Estado e atende interesses empresariais. Quando parecia que o fogaréu da crise política estava arrefecendo, com o governo conseguindo aprovar as medidas de ajuste fiscal, ainda que de forma incompleta e turbulenta, vieram as prisões de Marcelo Odebrecht e Otá-

vio Azevedo. A estreita amizade de Lula com os capitalistas da área de construção serve de apoio à investida contra o Instituto. De nada adianta Lula dizer que o Instituto de Fernando Cardoso também recebeu monumentais aportes. O alvo é o PT. Por reproduzir as relações promíscuas da política burguesa, ter se desmoralizado diante dos explorados e, no momento, pouco servir aos interesses gerais dos capitalistas, deve ceder lugar a outro governo, que pode ser da oposição (PSDB/DEM) ou de uma nova coalizão liderada pelo PMDB”. Ainda o POR se referia ao desgaste do PT para 2018. Isso porque o PSDB não tinha condições políticas de abrir um processo de impeachment de Dilma, tendo em vista que adotava o plano de ajuste contra as massas, o mesmo que teria de adotar caso viesse substituí-lo. O editorial concluía: “A melhor forma de combater pela independência de classe do proletariado e de todos os oprimidos é começar por defender com unhas e dentes suas reivindicações e organizar o seu movimento sobre o método da ação direta. Mas é indispensável travar a luta ideológica contra todas as variantes da política burguesa, em particular a do PT, responsável por bloquear a luta unitária dos explorados”.

Massas 502

O jornal Massas nº 502, 11 de setembro, em seu editorial, levanta a bandeira do governo operário e camponês. A analisa a situação do governo Dilma dizendo: “É fundamental considerar que a crise política no Brasil é parte da crise geral de governos que se pretendem nacionalistas e reformistas na América Latina. É o esgotamento da tentativa de combinar aspectos do nacionalismo burguês com o liberalismo pró-imperialista. Tratam-se de governos semelhantes na essência e distintos em graus. Os governos do PT não se caracterizam por um nacionalismo e reformismo burgueses radicais. De forma que não despertaram a ira do imperialismo, como no caso da Venezuela. Assim, não atuou no sentido de reverter as medidas privatizantes e de abertura comercial do governo do PSDB”. Denunciava a política da burocracia sindical de arrastar as massas a apoiar o governo. E concluía: “A situação objetiva da crise exige que a classe operária rompa os elos que a prendem à política burguesa e impossibilitam se transformar em direção política da maioria oprimida. Essa mesma condição objetiva exige que a vanguarda defenda no interior dos movimentos a estratégia revolucionária do proletariado. É necessário defender o programa de reivindicações que une a maioria nacional oprimida e que se opõe de conjunto aos

governos, aos partidos e à burguesia que comandam o Estado. Essas reivindicações devem ser vinculadas à defesa da aliança operária e camponesa e da forma de governo revolucionário, que será operário e camponês. Os métodos de atuação para responderem a crise econômica e política devem servir à estratégia do governo operário e camponês”.

Massas 503

No artigo Resposta de Dilma ao agravamento da crise, publicado no Massas 503, mostra o avanço da ala peemedebista ao pedido de impeachment. “Eduardo Cunha anunciou que dará curso aos pedidos de abertura de um processo de impeachment de Dilma Rousseff. Prometeu instalar duas novas CPIs, uma do BNDES e outra dos fundos de pensão. A oposição avaliou que da guerra fria se passou para a guerra total no seio da coalizão governamental. O que quer dizer que, se Eduardo Cunha vinha favorecendo a ofensiva do PSDB e DEM contra Dilma Rousseff, agora terá um aliado declarado e disposto a arregimentar parlamentares para o objetivo de barrar mais duramente as iniciativas do governo, desestabilizá-lo e criar as condições políticas para a interrupção do mandato de Dilma. A previsão é de que se já estava difícil obter a aprovação das medidas de ajuste fiscal, encabeçadas por Joaquim Levy, agora o caminho



das pedras se tornará mais estreito e longo. A fração do PSDB, liderada por Aécio Neves, mais radical no antipetismo, aposta no “quanto pior melhor”. Conta com uma fração do PMDB para sustentar essa estratégia”. Nesse momento, a fração peemedebista avaliava que não era hora de partir para o impeachment e que era melhor garantir o mandato de Dilma do que enfrentar o trauma da destituição de um governo eleito. Assim, anunciou que o partido teria candidatura própria em 2018. Era um sinal para o PT de fim da aliança eleitoral. A reação de Dilma foi realizar um encontro com 26 governadores, que resultou num compromisso formal de convencer os deputados a não bloquearem as medidas de ajuste fiscal. Nessa ocasião, Dilma disse que estava aberta a estabelecer uma “cooperação federativa”. O artigo concluía: “Trata-se de aproveitar os choques interburgueses para projetar o movimento independente da classe operária, dos demais explorados e da juventude em defesa de suas reivindicações. É no interior da luta das massas que se torna possível a defesa da estratégia de poder do proletariado, que é a da derrubada do governo burguês e a constituição de um governo operário e camponês”.

Massas 504

Em 15 de agosto, no Massas, nº 504, sob o título: Nossa luta pela independência política dos explorados, o POR dizia que a crise política se concentra na decisão se haverá ou não o impeachment. Analisava o processo de luta intestina no interior do Estado. Mostrava a ação dos oposicionistas e governistas na convocação das manifestações: “No dia 16, os partidários do impeachment farão mais uma manifestação. Esperam milhares de participantes da classe média. Todos os reacionários de diversas cores ali estarão presentes. No dia 20, a CUT, CTB, MST e UNE farão seu ato em defesa do governo. Contará com o apoio do PT, PCdoB, PSOL e PCO. Para arrastar os explorados e a juventude, acenam com críticas ao Plano Levy. Está definido que as camadas mais ricas da classe média querem o fim do governo, taxado de corrupto pelo “mensalão” do governo Lula e agora o “petrolão”. O problema está em saber se a CUT será capaz de mobilizar a classe operária, uma vez que o governo de Dilma ataca frontalmente seus direitos trabalhistas”. Mostrava que as condições políticas passaram a ser favoráveis no Congresso Nacional ao impeachment, após a ruptura formal do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, com o governo. O fato é que a base de apoio do governo estava em frangalhos. Mas que qualquer medida em favor de sua derrubada dependia do PMDB. Ainda Temer falava na defesa da estabilidade política e conseguiu o apoio da Fiesp e da Firjan. A disputa interburguesa se aguçou e o POR enfatizava o rechaço a qualquer posição de apoio ao governo Dilma na disputa interburguesa, seja ela clara, ou disfarçada. E reafirmava o caminho da independência de classe.

Massas 509

O Jornal nº 509, 23 de outubro, sob o título Democracia e apodrecimento, fez um relato da podridão que tomou conta de todas as esferas do Estado e de seus partidos. Afirma que: “Os explorados, que de tempo em tempo são chamados a votar e eleger os governantes do País, não alcançam compreender, sem o seu partido revolucionário, que esse mar de podridão é um reflexo da decomposição da burguesia como classe dirigente, que oprime a maioria nacional. As bases econômicas e sociais do Brasil semicolonial não permitem uma pujante democracia. Observa-se que esse regime político – o mais avançado que o capitalismo criou – não serve para reformas progressivas. Serve tão somente para a burguesia manter as massas submissas e para promover seus negócios e negociatas. Haverá de chegar o momento em que o proletariado se levantará com sua própria democracia e porá abaixo o poder dos exploradores. Na situação, trata-se de lutar pela independência de classe, partindo das

necessidades e reivindicações da maioria de pobres e miseráveis. O POR defende e trabalha pela constituição de um Tribunal Popular, baseado na classe operária, para apurar os crimes da burguesia”.

Massas 510

Em 13 de novembro, o Massas nº 510 mostrou o papel golpista de Sérgio Moro e a submissão do PT às instituições. “Depois de muita contemporização, a direção petista resolveu acusar o juiz Sérgio Moro e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de atuarem no sentido de criminalizar o PT. Foi lançada uma cartilha em que explicam as manobras dos adversários para atingir o objetivo final de “cassar o registro do partido”. Paira sobre a situação política um clima de conspiração. A propaganda de que se trata da democracia funcionando e da independência dos poderes sendo praticada mal esconde os interesses do PSDB se impondo pela via das investigações policiais e medidas judiciais seletivas”. E concluía: “Quanto mais o PT e Lula se mostrarem incapazes de mobilizar a classe operária em sua defesa, mais tranquilo será o processo de seu desmantelamento”.

Massas 511

Em 2 de dezembro, Eduardo Cunha abriu o processo de impeachment. O Massas, 511, 4 de dezembro, fazia a pergunta: “O que fazer diante do agravamento da crise política?” “A abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) não modifica em essência a crise política. O proletariado, os camponeses pobres, camadas da classe média empobrecida e a juventude oprimida devem lutar por se emanciparem da política burguesa. Assistimos ao agravamento da disputa interburguesa. Permaneça ou caia Dilma, os explorados continuarão diante da brutal ofensiva das forças burguesas, que não têm outra via para protegerem seus capitais e manterem o capitalismo a não ser sacrificando mais e mais a vida das massas e respondendo à suas lutas com violenta repressão. O POR chama os explorados a lutarem por uma plataforma de reivindicações que unifique a maioria oprimida e que permita a defesa da estratégia revolucionária do governo operário e camponês (ditadura do proletariado)”.

Declaração de 9 de dezembro

No dia 8 de dezembro, dia da eleição da Comissão Especial, que decidirá pela continuidade ou arquivamento do processo de cassação de Dilma, veio a público uma carta de Temer rompendo com Dilma. Dois dias antes, 6/12, os jornais informaram que o PSDB estava unido em torno do impeachment e da posse de Michel Temer. Dilma declarou que confiava em seu vice, logo em seguida “alguém” vazou a carta pessoal de Temer. O silêncio de importantes aliados do governo, que há pouco tinham recomendado cautela com a crise política, indica que Dilma está perdendo apoio do poder econômico.

O POR criticou o PT de achar o impeachment um instrumento legítimo e se defender dos golpistas com as armas da democracia burguesa. Disse: “É preciso dizer claramente que o golpe institucional, que, distintamente do golpe militar, preserva o regime político, se dá por meio de um processo fraudulento e do instrumento autoritário do impeachment. O governo e o PT reconhecem o impeachment como democrático. Reclamam apenas do processo legal que não comprova nenhum crime de responsabilidade que fira a Constituição e a estabilidade do regime burguês. Saem em defesa da democracia em geral, quando é essa caricatura de democracia, concretamente mantida por partidos oligárquicos, corporativos, apodrecidos e reacionários, e povoada de políticos como Cunha, que pode cassar seu mandato. Como o PT e aliados de esquerda reconhecem o impeachment como instrumento de cassação de mandato e o Congresso Nacional como poder legítimo para aplicá-lo, estão desarmados e subor-

de 24 de abril a 8 de maio de 2016 — MASSAS — 13

que já não atende plenamente aos interesses do capital". E concluiu seu editorial: "O PT e seu governo puderam ser pintados pela oposição, Fiesp, CNI, CNA, etc. como os únicos responsáveis pela derrocada econômica porque, ao assumirem a chefia do Estado, assumiram o compromisso de qualquer governo burguês de solucionar a crise. Tarefa essa que exige uma férrea centralização política das frações capitalistas em disputa e uma férrea decisão de descarregar inteiramente e sem vacilação a crise sobre as massas. O PT, a CUT, CTB, MST e UNE caem juntamente com o governo que sustentam. Mas não a classe operária, os camponeses e a juventude oprimida. São suas direções burocráticas que caem dos degraus do Estado que puderam subir com os governos petistas. A sua responsabilidade diante dos explorados é imensa. Isso porque integraram as organizações operárias, camponeses, populares e estudantes na política de Estado, em outras palavras, na política burguesa".

Conclusão

O desenvolvimento das posições do POR, nesse um ano e cinco meses de constante crise, expõe com clareza que a resistência ao golpe se deu inteiramente no campo da política burguesa. Justamente por isso o movimento do impeachment reuniu forças para triunfar na votação do dia 17 de abril. Sem que a classe operária tomasse à frente com suas reivindicações, seus métodos e sua estratégia não era possível quebrar a espinha dorsal do golpe, como o POR formulou e previu. A principal tarefa neste choque interburguês era a de organizar um movimento independente de qualquer variante da política burguesa. Esse foi o ponto de partida e chegada da luta do POR contra a direita golpista e contra as posições burguesas do PT e da Frente Brasil Popular.

O partido rechaçou a tese de que para combater as forças golpistas era imprescindível defender o governo, o que implicava colocar-se sob a bandeira institucional de "Não vai ter golpe" e "Fica Dilma". Tratava-se de ter uma caracterização clara e firme de que o impeachment, por si mesmo, independente de ter ou não um crime de responsabilidade, era um instrumento antidemocrático, que usurpava a soberania do voto popular.

O POR centrou sua campanha contra o golpe na formulação democrática de que somente quem elegeu pode destituir o presidente da República. E na defesa de que estava colocado organizar um movimento nacional de frente única pelas reivindicações que uniam os explorados. Demonstrou que somente era possível lutar contra a direita golpista com a estratégia revolucionária do proletariado, ou seja, sob a bandeira do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

Está aí por que não foi possível e evitou participar das manifestações que consagravam a defesa do governo burguês de Dilma Rousseff. No entanto, fez uma campanha própria e sistemática contra a ofensiva das forças reacionárias sob a bandeira de "Abaixo o golpe". "Revogabilidade do Mandato". "Somente quem elege pode destituir". "Em defesa do emprego, salários e terra aos camponeses". Criticou sem atenuantes a posição do PSTU do "Fora todos e eleições gerais". Deixou claro que essa formulação dos centristas desembocava no campo do golpismo.

Essa luta política está contida no resumo das principais posições aqui expostas.

Consequências da política do PSTU diante do golpe

Os acontecimentos demonstraram que o PSTU/Conlutas errou completamente em sua caracterização de que o impeachment de Dilma Rousseff não era um golpe. Os centristas precisaram contrariar os fatos para se apresentarem como oposição ao PT e à burocracia da CUT. Desfraldaram: "Fora todos eles! Eleições Gerais Já!" "Por um governo socialista dos trabalhadores, apoiado em conselhos populares".

Essa linha determinou que não se tratava de combater e derrotar o movimento golpista, desconhecendo que a oposição se refugiava no pressuposto da constitucionalidade do impeachment. Tal desvio diante da arregimentação da classe média rica e camadas populares pelas forças golpistas paralisou a Conlutas, o que a impossibilitou de constituir um movimento contra o golpe, sem que hipotecasse apoio ao governo burguês de Dilma Rousseff e que permitisse à vanguarda lutar no campo da independência de classe tanto contra os golpistas como às posições governistas. Configurado o golpe de 17 de abril, constatamos a gravidade da cegueira do PSTU e do oportunismo de sua bandeira de eleições gerais.

No Jornal Massas 517, o POR publicou o artigo "O brutal erro do PSTU", no qual analisou e rechaçou as seguintes formulações:

"Em política, um golpe se dá quando uma disputa entre dois setores das classes dominantes termina em enfrentamento violento, ou seja, armado".

O que há *"é luta entre dois campos burgueses que se utilizam das manobras sujas e antidemocráticas típicas da democracia burguesa". "(...) Hoje, são os partidos da oposição que estão na ofensiva com as campanhas reacionárias da imprensa e com medidas judiciais arbitrárias, como a condução coercitiva de Lula e a divulgação das escutas telefônicas entre o ex-presidente e Dilma. Isso não significa, porém, que um golpe esteja sendo preparado".*

Ao contrário do absurdo dessa explicação, o POR afirma, em seu artigo, "que o impeachment é um instrumento do Estado que substitui e se opõe ao princípio democrático da revogabilidade do mandato por aqueles que elegeram".

"A defesa do "fora todos" e "eleições gerais" não apenas não responde ao golpe e ao impeachment como contribui para a confusão política. Observe que setores da burguesia já acenam com a convocação de eleições gerais antecipadas (Renan Calheiros, Valdir Raupp). A bandeira da Rede "Nem Dilma, nem Temer, eleições gerais" acrescenta mais fumaça ao processo golpista. A crise política desvia a atenção do que se passa no seio da classe operária e dos demais trabalhadores, que vêm sendo duramente golpeados com as demissões em massa, o desemprego, a precarização trabalhista e o rebaixamento dos salários".

"A defesa das eleições gerais diante da crise de regime político e do golpismo é estrategicamente democrático-burguesa. No entanto, comparece como uma solução no campo do golpismo. É parte da solução que a burguesia procura para se desfazer de um governo inepto. Está aí por que deve ser rejeitada pela vanguarda e pelos explorados".

Em resumo, esta é a divergência que separou a posição do POR da do PSTU. Mais do que isso, que a separou tanto das correntes de esquerda quanto dos governistas. O golpe institucional colocou na ordem do dia a defesa do fundamento democrático de que somente quem elege pode destituir. Para defendê-lo como marxistas, era preciso subordiná-lo à estratégia revolucionária do proletariado. Na condição de corrente centrista e revisionista do trotskismo, o PSTU não poderia se colocar diante do golpe com essa política. Essa experiência, sem dúvida, deve ser assimilada criticamente pela vanguarda que se propõe a construir o partido do proletariado.

A declaração de voto do deputado Jair Bolsonaro (PSC) é parte do golpe institucional

A Ordem dos Advogados do Brasil, que serviu de instrumento para a derrubada do governo, repudiou o conteúdo do voto em favor do impeachment do deputado Jair Bolsonaro, que o dedicou à ditadura militar e à memória do torturador coronel Carlos Brilhante Ustra. O mesmo fez o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, um dos chefes do golpismo, que taxou de “inaceitável” a “ousadia” de defender a tortura e elogiar o conhecido torturador. Tardamente, o ex-presidente recomenda que seu partido, o PSDB golpista, “repudie com clareza essas afirmações”.

A liberdade e o desembaraço com que Bolsonaro fez a defesa da ditadura e de seus crimes no microfone (em que um a um os deputados dedicavam seus votos à família, igreja, moralidade e bíblia) esteve de acordo com uma Câmara Federal decidida a destituir o governo Dilma, eleita por 54 milhões de votos. É verdade que o movimento do impeachment aglutinou desde a direita fascista até os auto intitulados democratas. A comunhão de interesses em derrubar o governo do PT por meio de um golpe de Estado, no entanto, os nivelou a uma só posição.

Os democratas que estiveram à frente do golpe ou que deles participaram não se preocuparam em rechaçar a contribuição dos fascistas, integralistas, como Jair Bolsonaro e os “Cordeiros de Deus” do PSC. Está aí por que a exaltação de 1964 bem no meio do picadeiro da Câmara Federal não foi um acontecimento fortuito. A relação entre um golpe militar e um golpe institucional não é de essência. A derrubada do governo de João Goulart em 1964 ocorreu justamente quando o golpe institucional fracassou. Lembremos que anteriormente Getúlio Vargas sofreu uma investida golpista liderada pela reacionária UDN. Se não tivesse se suicidado, é bem possível que teria de enfrentar um levante nas Forças Armadas, que já haviam dado sinais de sedição.

A tentativa da OAB e de Fernando Henrique Cardoso de desvincular o golpe institucional do golpe militar de 1964 e de sua brutal repressão não é possível. Os 20 anos de ditadura tiveram profundas consequências na organização do Estado, no funcionamento institucional e nas relações políticas de dominação da burguesia. A transição

democrática, que contou com as mesmas forças que acabam de derrubar o governo Dilma, em nome do Estado Democrático de Direito, não liquidaram nem poderiam liquidar as heranças do regime ditatorial.

É bom ressaltar que no Brasil os crimes da ditadura e os seus responsáveis não foram verdadeiramente passados a limpo e punidos. A Comissão da Verdade não conseguiu sequer abrir os arquivos secretos e investigar a destruição de documentos que comprometiam os militares e as Forças Armadas como instituição. Está aí por que Jair Bolsonaro se sentiu confortável e seguro em declarar seu voto pelo impeachment glorificando a ditadura militar.

Quis a história que o golpe institucional não apenas colocasse à luz do dia as raízes oligárquicas da democracia brasileira, como também colocasse na tribuna parlamentar a voz e a presença do fascismo, ainda que extremamente débil. Nota-se que o movimento da classe média rica contra o governo de Dilma Rousseff amparou a mais obscurantista tendência reacionária. E que ecoou no dia 17 de abril no voto e declaração de Jair Bolsonaro e dos pentecostais do PSC.

Não se deve desconhecer que o capitalismo em desintegração e a necessidade da burguesia de combater a ferro e fogo a classe operária e demais oprimidos, que são impulsionados à luta, alimentam as tendências fascizantes, como se verifica inclusive no berço da civilização burguesa, que é a Europa. Evidentemente, o golpismo institucional do PSDB e do PMDB, antiga oposição consentida na época da ditadura, o MDB, se vincula e se solda às raízes do golpe militar de 1964.

O PT, por se tornar um partido burguês comprometido com o Estado, que exerce a ditadura de classe contra a maioria oprimida, se mostrou incapaz de ir a fundo na investigação dos crimes da ditadura e assim não pôde enxergar que seus aliados no governo e a oposição carregavam as heranças da ditadura militar.

Os explorados, desgraçadamente, têm de passar por essa experiência para dirigir suas tendências revolucionárias à independência de classe. A construção do partido revolucionário é a condição para avançar nesse sentido.

Raízes da impotência do PT

A experiência do pseudo reformismo petista concluiu com a ruptura da aliança governamental constituída por partidos vinculados a setores da oligarquia e do pequeno e médio capital. Compuseram também tal aliança partidos que surgiram da desintegração dos velhos partidos oligárquicos. Contribui para as mais diversas coligações a extrema dificuldade de a burguesia formar poderosos partidos de massa.

A ditadura militar impôs dois partidos: a Arena governista e o MDB oposicionista. Durante vinte anos, o Brasil teve de se submeter ao bipartidarismo. A mudança desse quadro se deu sob a condução desses dois partidos oligárquicos. A ditadura militar se extinguiu sob um acordo de transição conduzida pelos generais Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo – dois últimos ditadores. O fim do bipartidarismo deu lugar ao fracionamento na ordem partidária montada pela contrarrevolução de 1964.

O único e particular fenômeno novo foi a criação do PT, sob o impulso da retomada do sindicalismo e das greves. No campo do velho estalinismo, se firmou a divisão entre o PCB e PCdoB. Esse último que combateu duramente a formação do PT se tornou unha da carne do governo petista. Nas fileiras do PT, confluíram ex-stalinistas, ex-foquistas nacionalistas, várias tendências que se reivindicam do trotskismo e intelectuais da esquerda acadêmica. A ideia de pôr em pé um partido socialdemocrata animou figuras do empresariado nacional, que ostentaram progressismo. Acreditavam na possibilidade

de um partido “moderno”, distinto dos partidos oligárquicos, que pudesse combinar os interesses da fração burguesa industrial com os da classe operária. As discussões iniciais em torno de um programa, denominado pela esquerda proveniente do estalinismo e do nacionalismo pequeno burguês, de “democrático e popular” e recheado pelos revisionistas do trotskismo com algumas tarefas democráticas próprias de um país semicolonial (reforma agrária, independência nacional, etc.) foram superadas em função das necessidades de organizar um partido para disputar eleições e não para a revolução social.

Estabelecido esse curso, todas as energias foram concentradas para o objetivo de estender o PT do Sudeste e Sul para os mais distantes rincões do Nordeste e Norte. Sem dúvida, teve o mérito de politizar camadas completamente alheias à vida nacional. No entanto, o fortalecimento do PT como partido eleitoral – fortalecimento promovido por vitórias que começaram nas disputas municipais e foram se erguendo às estaduais e finalmente às presidenciais – o empurrou a se aliar a velhos partidos, a setores francamente oligárquicos e a poderosos grupos econômicos. Esse caminho se alargou e alongou, ao ponto do PT chegar à presidência da República - extraordinário feito diante de partidos da velha (aglutinada no PMDB) e nova oligarquia (encastelada no PSDB) – porque abriram-se condições econômicas para a política de colaboração de classes. O DEM que proveio do PFL é uma variante da velha

oligarquia, que não coube no PMDB. Teve de se aliar ao PSDB e nele grudar-se como um carrapato. Não por acaso, declinou, perdeu força e, agora, despertou assumindo plenamente o impeachment.

Uma vez no poder do Estado, o presidente Lula e o PT se viram diante da nua e crua realidade: não há como governar sem se deixar condicionar pela política oligárquica, que certamente não é homogênea. Diante dessa realidade, descobriram outra: para implantar o plano assistencial, que amparava a tese reformista da distribuição de renda, teria de se aliar com frações da velha oligarquia, uma vez que a nova oligarquia financeira, industrial e comercial, concentrada no Sudeste, não se mostrou disposta, seus interesses indicavam uma direção oposta, ainda que momentaneamente não via grandes problemas na política de subsídios.

O PT, por um momento, em sua trajetória eleitoral, concebia como aliado natural o PSDB, antes deste ter assumido sem atenuantes o liberalismo pró-imperialista e antipopular, o que se verificou no governo do ex-terceiro mundista Fernando Henrique Cardoso. Caiu, porém, nos braços do PMDB, que, embora tenha dirigido a “transição democrática”, sob o comando de Ulysses Guimarães, não conseguiu eleger presidente da República. Evidentemente, pesou contra si a passagem indireta da governabilidade, como solução encontrada para pôr fim ao ciclo da ditadura militar, e, como consequência, a tarefa de enfrentar a contundente crise econômica aberta em meados de 1970, cuja projeção se prolongou por décadas.

A vitória de Fernando Collor de Melo (1990/1992) contra Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu por força de uma grande intervenção do poder econômico do Sudeste, em particular do monopólio dos meios de comunicação (à sua frente, a Rede Globo). Tratava-se de um obscuro político de Alagoas, um dos estados mais pobres e atrasados da Federação, que iniciou sua carreira na Arena, migrou para o PMDB e se enfiou em uma sigla sem qualquer expressão nacional, o PRN. Acabou destituído pelo impeachment, uma vez que seu plano de confisco geral e bloqueios de contas bancárias contrariou os interesses da burguesia como um todo, atingiu a classe média e penalizou a maioria explorada. A justificativa de corrupção foi um alibi, como o são as denúncias contra Dilma Rousseff.

O PT fez parte da frente burguesa que arrastou a classe média para as ruas. Assim, sancionou o impeachment como instrumento da democracia, quando de fato usurpa das massas o direito de destituir o governo que elegeu. Em outras palavras, o impeachment substitui e se contrapõe ao princípio da revogabilidade do mandato, que corresponde à real soberania do voto popular no próprio regime democrático burguês. É, portanto, um meio de realização do golpe institucional, que agora se observa com maior clareza.

Esse acontecimento de 1992 foi evocado pelos golpistas. Mostraram que o PT foi um dos arautos do impedimento de Collor. A resposta de que havia um crime de corrupção é estúpida. A burguesia viu neste governo um estranho que se colocou por cima de todas as frações, aplicou um plano amplamente condenado e sem perspectiva de solução da crise. Dilma, apesar de todas as diferenças abissais do governo Collor, foi derrubada em razão dos mesmos fundamentos – os econômicos. O PT sabia perfeitamente que contribuía para derrubar um adversário não porque fosse corrupto, mas porque caiu em desgraça perante o capital financeiro e o grande capital industrial. Trilhou o caminho antidemocrático que o esperava 24 anos depois. Mas nem Dilma se parece com Collor, nem o PT com o PRN. Dilma foi deposta – ainda mantém o cargo até que o Senado complete a farsa da legalidade – na situação em que os petistas perderam força popular e a grande maioria dos partidos da coligação abandonou o governo, seguindo o PMDB.

Depois de conseguir passar pelo processo do mensalão e da tentativa de golpe contra Lula, o PT parecia ter vencido a segunda maior prova que foi a de conseguir manter o poder elegendo Dilma Rousseff. A eclosão da crise econômica em 2008 nos Estados Unidos e a abertura de um longo processo de retração mundial pôs definitivamente à prova a sua

política burguesa pseudo reformista, mesclada de nacionalismo com liberalismo, de estatismo com privatismo e mascarada de democrático-popular. A burguesia nacional e o imperialismo chegaram a reconhecer a fidelidade do governo Lula ao capital e o seu bom desempenho, embora não lhes conviessem as medidas que subsidiavam os programas sociais e o reajuste do salário mínimo acima da inflação. A diretriz de apoiar ostensivamente grupos nacionais em detrimento de outros, que servia de verniz nacionalista à orientação petista, e ao mesmo tempo proteger o setor automotivo controlado pelas multinacionais, o que servia de demonstração de boa vontade com o capital imperialista, estava fadado ao fracasso, assim como se tornaria insustentável dar maior atenção orçamentária e direcionar investimentos públicos para o Nordeste.

O peso da dívida pública acabou por mostrar a ponta do iceberg. O governo do PT optou por manter a trajetória de seu crescimento, nas condições de queda econômica e prolongamento da recessão. O grande capital sediado no Sudeste esperava escorraçar o PT do poder nas eleições de outubro de 2014. A derrota de Aécio Neves, porém, frustrou essa perspectiva. O que o impulsionou a conspirar contra o governo recém-eleito. Estavam dadas as condições para o PSDB liderar uma oposição radical e sistemática, a qual Dilma acusou de ser a política de “quanto pior melhor” e de patrocinar as “pautas bombas”. As travas interpostas a cada ação do governo empenhado em levar adiante um “ajuste fiscal” progressivo foram decisivas para a oposição se fortalecer e alcançar o impeachment, mas não poderiam por si mesmas triunfar.

A Operação Lava Jato, iniciada poucos meses antes das eleições de outubro, seria a grande arma que bombardearia sem cessar o Planalto. Continuava-se o processo de desmonte do PT e de seu governo, iniciado com o “mensalão” e condenação de alguns de seus dirigentes históricos. A Polícia Federal, o Ministério Público e o judiciário puseram à luz do dia as fontes do milionário financiamento partidário e as relações promíscuas entre a burocracia estatal e o PT. Ocorre que em tais fontes beberam também o PMDB, PSDB e outros partidos em menor proporção. Mas não era objetivo das investigações abrir toda a ferida para que o pus escorresse livremente. O alvo era apenas o PT e seu governo. O juiz Sérgio Moro planejou milimetricamente cada fase da operação e cada efeito político que causavam as revelações vazadas na hora em que a oposição e o movimento pró-impeachment mais precisavam.

A população ficou sabendo sobre o conluio entre o PT, a burocracia da Petrobrás e as empreiteiras. Todos os partidos são financiados por empresas e bancos, mas sob a máscara da legalidade e de suposto dever cívico. De alguma forma, tais “amizades” se dão sob alguma forma de transação comercial, que recai sobre o Tesouro Nacional. A corrupção é inerente à política e ao Estado burgueses. Mediante os escândalos, o STF decidiu por limitar a forma de financiamento privado, o que não mudará o fundamental das relações entre os partidos e a burguesia. Se não fosse a compacta campanha da imprensa monopolista dando publicidade às revelações do juiz Sérgio Moro, às prisões, às convenientes interpretações, e à condenação antecipada do PT, dificilmente Dilma cairia.

O motivo legal que embasou o impeachment foi o de “crime de responsabilidade”. E o motivo real que amparou o movimento golpista foram as acusações criminais da Lava Jato. A camada mais rica da classe média que estupidamente via no vermelho do PT a imagem do comunismo teve seu ódio insuflado e extravasado em grandes manifestações. Os explorados que viam na política assistencial do governo petista uma substancial diferença em relação aos governos anteriores foram afetados pela campanha de desmoralização do PT e não se animaram a defender Dilma Rousseff. Sem essa movimentação política das camadas sociais que servem à política burguesa de direita e sem a paralisa da classe operária e da maioria oprimida não se criariam as condições para a oposição minoritária arrebanhar a aliança governamental que sustentava Dilma Rousseff. É claro que, como indicamos, o motivo dos motivos do impeachment foi o esgotamento da política pseudo reformista do PT, que já não correspondia às necessidades do

grande capital diante da marcha inexorável da crise econômica.

No embate em torno do golpe, o PT e seus aliados evitaram mostrar o real motivo e as frações do capital que atuam por trás dos partidos e dos parlamentares individualmente. Incentivaram a inócua discussão sobre se havia ou não crime de responsabilidade que justificasse a evocação do impeachment, quando a questão era a de demonstrar à população que forças burguesas montaram a farsa. E alimentaram a ilusão na possibilidade de vencer o golpe nos quadros das instituições do Estado. As manifestações da Frente Brasil Popular foram dirigidas e condicionadas ao resultado da votação na Câmara Federal e continuam a ser diante do último ato do circo burguês que se realizará no Senado.

Dilma, como o pescoço na guilhotina, acenou quixotesicamente com uma “repactuação”. Após a esmagadora derrota no dia 17, a direção petista decidiu que a mobilização pressionará os senadores, com

a crença de que ainda é possível reverter o impeachment. Essa via concluiu com a capitulação de fato. Ou melhor, terminou prostrado com a lamentosa denúncia ao golpe, que se repete e mal esconde a impotência do PT.

A impotente, tormentosa, desmoralizada e angustiada queda do governo Dilma Rousseff põe a descoberto as raízes burguesas e pequenas burguesas do programa petista de reformas do capitalismo, que se assenta na grande propriedade dos meios de produção, no entrelaçamento da burguesia nacional com o imperialismo, na superexploração do trabalho e na pobreza da maioria oprimida. Se quiser sobreviver, terá de se recuperar e se ajustar a novas condições como instrumento de conciliação de classes. Essa é a lição que a burguesia lhe dá. Se assimilá-la devidamente ainda tem um lugar reservado como partido que enganou a classe operária e traiu os interesses gerais da maioria oprimida.

Superar a crise de direção revolucionária

É nas situações de profunda crise que se destaca a gravidade da crise de direção revolucionária. Esse fenômeno se caracteriza pela contradição entre as condições objetivas e as subjetivas.

No primeiro caso, trata-se da relação entre as forças produtivas altamente desenvolvidas que já não cabem nas relações de produção vigente. O que quer dizer que o sistema capitalista já não permite o livre e amplo crescimento da força de trabalho e dos meios de produção. A gigantesca crise de superprodução mundial é um sintoma desse antagonismo. As condições objetivas, históricas, portanto estão dadas para a transição do sistema capitalista para o socialista.

No segundo caso, as condições subjetivas dizem respeito ao desenvolvimento da organização e consciência revolucionárias do proletariado e das demais classes oprimidas. Trata-se da existência do partido marxista no seio dos explorados e de sua capacidade para transformar as revoltas instintivas em luta contra a burguesia e sua dominação.

A condição histórica para que as condições objetivas e subjetivas interajam dialeticamente é de ordem internacional, embora se manifeste em cada país concretamente. Está aí por que a construção dos partidos nacionais é parte da constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

A crise de direção de nossos dias resultou da degeneração estalinista do Partido Comunista Russo e consequentemente da III Internacional, que foi extinta por ordem de Stálin. A IV internacional, liderada por Trotsky, fundada em 1938, rearmou o proletariado programaticamente dando continuidade às posições leninistas da III Internacional, mas não teve como se enraizar no interior dos explorados. De maneira que se desintegrou organizativamente, embora não programaticamente, sob o impacto da luta de classes mundial e do revisionismo que se gestou em suas fileiras.

Sem os partidos marxista-leninista-trotskistas e o Partido Mundial (a IV Internacional), alargou-se o abismo entre as condições objetivas e subjetivas para a revolução proletária. É dessa realidade vivida que estamos falando.

A bancarrota do PT que pretendia reformar o capitalismo, humanizá-lo, moralizá-lo e dar voz aos oprimidos por meio da democracia burguesa é parte da crise de direção revolucionária. O capitalismo não é reformável, não se pode evitar o avanço da barbárie e as massas somente podem esperar maior escravização.

O reformismo petista teve a oportunidade histórica de provar sua tese de que em lugar de construir um partido revolucionário caberia construir um partido de massa eleitoral. Agora que seu governo caiu de podre e o PT está carcomido até a medula pela política burguesa, se torna mais fácil compreender as falsificações do reformismo. Mas a experiência por si mesma não resolve as contradições que o proletariado enfrenta. É preciso incorporá-la no programa e na teoria revolucionárias, construindo o partido marxista.

O País ainda vive os estertores de um golpe institucional que destituiu o governo burguês de Dilma Rousseff. Os explorados – entre eles as camadas mais pobres e miseráveis – não tiveram como se levantar em defesa do governo que elegeram justamente porque perderam a ilusão

em sua promessa de reformas do capitalismo e se desencantaram com o mar de lama que cobriu sua política e seus principais dirigentes.

O golpe começou, se desenvolveu e concluiu como resultado da disputa interburguesa pelo poder do Estado. Não por acaso, iniciou-se já na disputa eleitoral e assim que Dilma tomou posse. Os conflitos e choques em torno da derrubada e preservação do governo, portanto, em nenhum momento, escapou ao campo da política capitalista. As manifestações de massa seguiram as diretrizes e expressaram os condicionamentos de classe da burguesia. O que quer dizer que o proletariado não interveio na crise com política e reivindicações próprias.

Não foi possível estabelecer uma linha divisória entre o campo burguês da disputa e o campo proletário. Em última instância, não foi possível emergir no âmbito da grande dissensão burguesa a estratégia de poder da classe operária. Os explorados ou seguiam o PT e sua Frente Brasil Popular; ou a oposição burguesa representada pelo PSDB/DEM.

A luta do POR em defesa da constituição de um movimento revolucionário e independente contra o golpe não teve como se materializar, a não ser como firme e decidida propaganda. Tal impossibilidade pôs à luz do dia a crise de direção revolucionária.

Caso uma poderosa fração do proletariado se colocasse sob a política do POR, tornaria possível uma frente única revolucionária contra o golpe, de forma que não confundisse a estratégia burguesa do PT e da Frente Brasil Popular de defesa do governo Dilma com a estratégia proletária de luta por um governo operário e camponês. Não se confundiria a orientação petista de circunscrever o embate com a direita golpista nos quadros da institucionalidade com a orientação revolucionária de se opor ao conjunto do Estado burguês por meio da luta de classes. Enfim, não se confundiriam as bandeiras burguesas do PT (defesa da democracia, do Estado de Direito, etc.) com as genuínas bandeiras democráticas (abaixo o golpe, não ao impeachment, revogabilidade do mandato por que elegeu) e com o programa proletário do POR (defesa da democracia operária, governo operário e camponês, Estado operário, tribunais populares, etc.).

Somente assim, poderíamos organizar a luta a partir das reivindicações que unem os explorados. Somente assim seria possível marchar separados e golpear juntos a direita golpista.

O mais importante de todos esses acontecimentos é a compreensão que a vanguarda possa alcançar sobre a crise de direção e a necessidade de construir o partido leninista. A queda do PT e a formação de um novo governo não acabará com a crise política. É mais provável que recrudesça. Permanece, sem dúvida, a mesma linha e a mesma tarefa de organizar um movimento de maioria nacional oprimida sob a direção da classe operária. É claro que haverá mudança na situação, mas que não alterará o curso geral da crise econômica e política. Tudo indica que as massas procurarão se defender com reivindicações e meios próprios. É nessa tendência que a vanguarda revolucionária deve se apoiar. Um só passo que se avance na superação da crise de direção será uma inestimável conquista.

Campanha do POR contra o golpe em São Paulo

O partido realizou e realiza atividades em várias regiões. Em São Paulo, participou de dois debates, fez um ato político no dia 10 de abril, atuou na porta de fábricas e escolas, interveio no sindicato dos professores e no ato convocado pela CSP-Conlutas.

Debate na regional do PT

No dia 9 de abril, o POR foi convidado pela regional do PT da zona Norte de São Paulo para expor sua posição sobre o golpe. O movimento de mulheres e de negros também fizeram suas colocações sobre o tema. Em síntese, a exposição do POR se concentrou em quatro pontos:

- 1) A oposição burguesa, PSDB e DEM, declarou guerra ao governo Dilma desde a sua vitória eleitoral. Recorreu ao Supremo Tribunal Eleitoral exigindo a recontagem dos votos e denunciando o estelionato na campanha do PT. Dilma, por sua vez, atendeu a exigência do capital financeiro e anunciou Joaquim Levy como ministro da Fazenda, responsável pela aplicação do “ajuste fiscal”. Rapidamente, medidas provisórias contra o seguro-desemprego, pensões e cortes de recursos aos serviços públicos foram postas em prática. Um plano ousado de privatizações e de reforma na previdência veio à tona. Mas um obstáculo foi decisivo: o avanço da crise econômica, o que implicava medidas mais duras contra a vida das massas. Joaquim Levy saiu do ministério porque o governo Dilma seria incapaz de ir a fundo na aplicação das diretrizes do capital financeiro. Em poucos meses, as contradições se avolumaram. As demissões, a elevação do custo de vida, a precarização da saúde e educação atingiram camadas médias da população e os explorados em geral. O novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, não correspondia aos interesses do capital financeiro, agrário e industrial. O Congresso Nacional sob o comando do larápio Eduardo Cunha atuava para desgastar o débil governo e responsabilizá-lo pela crise econômica. As entidades da classe capitalista, a imprensa vendida e os partidos oligárquicos se encarregaram de uma gigantesca campanha contra o PT e o cambaleante governo, munidos pelas denúncias premiadas, ações coercitivas e vazamentos seletivos operados pelo juiz Sérgio Moro (Operação Lava Jato). Portanto, para a burguesia tratava-se de um governo incapaz de impor um verdadeiro ajuste fiscal, de centralizar as frações da classe capitalistas e de descarregar duramente a crise sobre as massas oprimidas.
- 2) Por que dizemos que se trata de um golpe institucional? O golpe expressa o poder da minoria burguesa de cassar o voto de 54 milhões de pessoas que elegeram o governo Dilma. O impeachment é um instrumento do Estado de Direito para desfazer de um governo que já não serve aos interesses da classe capitalista. Por isso, consta da Constituição, arcabouço de leis em favor da propriedade privada dos meios de produção e dos negócios da classe que a detém. Assim, uma representação parlamentar tem o direito de anular a decisão do voto da maioria. Está aí por que na democracia burguesa e no chamado Estado de Direito quem elege um governo não controla o governo eleito. Não há revogabilidade de mandato. Há cassação de mandato por uma minoria capitalista que controla o Congresso Nacional. Para dar legitimidade ao golpe, as instituições como o Supremo Tribunal Eleitoral, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público, Polícia Federal são acionados em nome da democracia, do Estado de Direito e da interdependência dos poderes do Estado. Comparam-se como Cortes defensoras do impeachment (porque está na Constituição) e árbitros das ações que por ventura destoam da ordem pré-estabelecida pelo chamado “rito” do impeachment.

Querem que a população acredite na sua neutralidade e na imparcialidade de suas decisões. Dessa forma, o impeachment foi sendo gestado de forma a parecer como sendo uma vontade da maioria dos brasileiros. O POR denunciou a democracia oligárquica imperante no País e levantou a bandeira de “Abaixo o golpe contra Dilma”, na defesa do princípio democrático da revogabilidade de mandato. Somente quem elege pode destituir.

- 3) Como enfrentar o golpe? O PT e Dilma não rechaçam o impeachment, como instrumento da minoria burguesa para cassar um governo eleito. Consideram como um mecanismo constitucional. Portanto legítimo a ser usado pelo Congresso Nacional. Afirmam que o impeachment está vinculado a um crime de responsabilidade fiscal. Essa posição faz com que o PT e a Frente Popular se mantenham nos marcos das instituições do Estado burguês, defesa da Constituição, da democracia, do Estado de Direito e de suas instituições. Dizem que se trata de um golpe porque Dilma não atentou contra a Constituição e não cometeu nenhum crime de responsabilidade. Acusam Cunha de “vingança” contra o PT. Trata-se de um grave erro político o fato do PT e seus aliados pretenderem enfrentar o golpe no terreno dos golpistas, que é o Estado de Direito e da democracia burguesa. O POR diz que é preciso enfrentar o golpe e os golpistas no terreno de classe dos explorados. Afirma que somente a classe operária poderia quebrar a espinha dorsal do golpe. Mas isso só pode se dar no terreno da independência de classe. A bandeira democrática que conduz a unidade no campo da independência de classe é a de que somente quem elegeu pode destituir (revogabilidade do mandato). O que significa mobilizar a classe operária e demais explorados em torno de suas reivindicações e contra o golpe. A bandeira “Não vai ter golpe” foi lançada quando o golpe já estava em curso. A bandeira “Abaixo o Golpe” implicava a luta direta contra os golpistas.
- 4) Por que a burocracia sindical não levantou a classe operária contra o golpe? Os dirigentes sindicais estavam presos à política do PT de defesa do governo e na denúncia de que não havia crime de responsabilidade. Enquanto isso a crise econômica golpeava os trabalhadores. As demissões, fechamento de fábricas, rebaixamento salarial e eliminação de direitos açoitavam diariamente a maioria oprimida. Ao invés de a CUT e os sindicatos se agarrarem na defesa das reivindicações que unificavam os explorados e ganharem as ruas, deixaram que os golpistas responsabilizassem tão somente o governo do PT pela crise e pela miséria crescente. Tentavam convencer os operários a apoiar o governo e a engrossar as manifestações contra o impeachment. Está aí a maior demonstração da brutal estatização dos sindicatos durante os 14 anos do governo do PT. A força da classe operária contra o golpe, no terreno da independência de classe, era a única arma dos explorados para enfrentar a onda golpista que tomou conta do País. O POR fez campanha dizendo que os explorados devem lutar contra o golpe, sob a estratégia própria de poder, que é o governo operário e camponês, nascido da insurreição das massas. Denunciou a corrupção levantando a bandeira de que somente um Tribunal Popular, resultado da ação das massas, pode julgar e punir os crimes da classe capitalista e de seus governos. Após a exposição, os participantes fizeram vários questionamentos. Entre eles, apontamos quatro: a) Como se colocar contra

o golpe sem defender o governo? b) defender as reivindicações dos trabalhadores nas ruas não enfraqueceria o governo? c) A correlação de forças não é importante nessa situação? d) Não é por que se trata de uma mulher na presidência? Houve também manifestação de descontentamento em relação à “postura do PT”, dizendo que se trata de rever essa conduta e se preocupar com os movimentos sociais, não chamá-los somente quando a “corda está no pescoço”.

As perguntas foram respondidas de conjunto, em função das outras exposições que ainda estavam por fazer. Em síntese, explicamos que diante do golpe se colocou a necessidade de uma frente revolucionária que tivesse como bandeira central a revogabilidade do mandato, o que não implica na defesa do governo, mas implica na derrota das forças golpistas. O fundamento de que somente quem elegeu pode destituir unificaria os partidários do governo e aqueles que a ele se opõem pela esquerda. O questionamento sobre se a defesa das reivindicações dos explorados não enfraqueceria o governo, respondemos que enfraqueceria tanto o governo quanto a oposição burguesa e fortaleceria o movimento revolucionário das massas que se ergueria no campo da independência de classe contra a burguesia como um todo. Afirmamos que não se pode ocultar que o governo de Dilma exerce o poder burguês e que fortalecê-lo significa fortalecer o domínio da classe capitalista sobre a maioria oprimida. Não lutamos contra o golpe para fortalecer Dilma, mas sim para enfraquecer a direita e derrotá-la com os métodos do proletariado e com seu programa. O PT sempre se utilizou do argumento de que a correlação de forças não possibilitava a revolução e que por isso haveria que trilhar um longo caminho da democratização do Estado e no fortalecimento da “participação popular”. A experiência mostrou que essa via leva a alianças com os partidos da burguesia e uma aproximação com setores da oligarquia. O que não serve à acumulação de forças a favor dos explorados, mas sim a favor dos exploradores. O golpe que se processa e a impotência do PT é a prova mais conclusiva dessa constatação. Ao contrário, se houvesse um movimento contra o golpe que se manifestasse no campo da luta de classe e da independência política serviria para acumular forças em favor do trabalho contra o capital. A colocação mais simples de responder foi a de que o golpe se dirigia contra uma mulher. Essa ideia é fruto da pseudo teoria do gênero e do machismo que campeia solta entre as esquerdas. Dilma encarna como presidente uma política e essa política é burguesa. Ou melhor, uma variante da política burguesa. Uma vez que essa política se mostrou incapaz de responder à crise econômica que desintegra o país, as várias frações da burguesia se unificaram em torno da oposição direitista para derrubá-lo, por desventura uma mulher ocupa a presidência da República.

Durante o debate, o POR distribuiu o manifesto intitulado: “Porque a classe operária e demais explorados devem ser contra o impeachment. Porque a luta contra o golpe não deve ser de apoio ao governo”, de 6 de abril. Que levantava as bandeiras: “Abaixo o golpe contra o governo Dilma! Não ao impeachment! Organizar o movimento dos explorados sob a bandeira da revogabilidade do mandato da presidente apenas por quem a elegeu”.

Ato político do POR no dia 10 de abril

O POR reuniu militantes e simpatizantes para discutir o golpe e a estratégia da classe operária. Nesse dia, houve uma breve apresentação e, em seguida, a discussão foi feita em pequenos grupos. Os participantes puderam expor suas posições e apresentar suas dúvidas. Nos grupos, foram lidas e debatidas as formulações contidas no Manifesto do POR. No final, houve uma plenária onde os grupos relataram suas principais conclusões. Para encerrar, houve a exposição dos pontos fundamentais da linha política do POR diante do golpe.

O ponto central foi o do princípio da revogabilidade do mandato, que se contrapõe ao mecanismo antidemocrático do impeachment. Nesse momento, se aprofundou a tese apresentada na exposição de que o golpe expressava o caráter oligárquico dos partidos e da democracia no Brasil.

Debate em Campo Limpo

Realizou-se no dia 16 de abril um debate sobre a situação política nacional no CEU Cantos do Amanhecer, no bairro Jardim Eledy, região do Campo Limpo, na zona sul de São Paulo. A atividade se deu na véspera da votação da admissibilidade do impeachment na Câmara. A convocação feita pela Corrente Proletária na Educação se estendia a outras organizações populares e sindicais. Estiveram presentes estudantes secundaristas, professores da rede pública e trabalhadores desempregados.

Um companheiro do Partido Operário Revolucionário foi escalado para fazer uma abertura sobre o tema. Sua escolha foi a de explicar que o impeachment é melhor entendido se se conhecer a história republicana do Brasil, o caráter oligárquico da democracia, as crises de governabilidade e a sequência de golpes, principalmente no período de 1930 a 1964. De forma resumida se demonstrou a relação entre a estrutura econômica e de classes sociais e a superestrutura política do País, de economia atrasada e semicolonial. O golpe contra o governo do PT é a demonstração de que a burguesia e seus partidos não admitem o princípio democrático de que somente quem elegeu pode destituir. Na exposição, ficou claro que se tratava de um golpe contra o voto popular.

Terminada a exposição, os presentes passaram às perguntas e intervenções.

Uma companheira iniciou indagando se era possível comparar Lula a Getúlio Vargas. A questão foi suscitada por uma colocação feita na abertura sobre o fenômeno do caudilhismo. Afinal, Vargas, com sua política nacionalista e vasto apoio popular (especialmente em sua fase após 1951), de fato provocou atritos com frações da classe dominante e com o imperialismo. O esclarecimento feito à companheira, contudo, apontou que existiam muito mais diferenças do que semelhanças. Lula emergiu como operário nas fábricas do ABC, Getúlio era um proprietário de terras e militar do sul. Representam fenômenos políticos e sociais distintos. Vargas foi expressão da fração nacionalista burguesa. Lula foi a expressão da decomposição dos partidos da burguesia, profundamente distanciados das massas, e da necessidade de colaboração de classes.

O problema da participação da mídia na derrubada de Dilma também apareceu na discussão. Um companheiro mencionou a utilização das redes sociais. Durante a discussão, a resposta acabou convergindo para o papel da classe média neste processo. É essa camada que pode passar maior tempo e gastar mais energia nos debates pela web (dar atenção ao MBL e Vem pra Rua). No entanto, o fundamental está em que a imprensa monopolista se colocou inteiramente a serviço do golpe, potenciando as investigações seletivas da Operação Lava Jato contra o PT e seu governo.

Os estudantes tiveram especial participação no debate. Demonstraram grande perspicácia ao realizar ligações relevantes entre a conjuntura de avanço da direita e o autoritarismo nas escolas. Uma parte do tempo foi dedicada à discussão a respeito da organização da juventude, com destaque para os grêmios livres. Assunto pertinente numa conjuntura em que o governo estadual tem ampliado sua campanha para constituir grêmios domesticados.

Os companheiros desempregados participaram em todos os pontos, deram contribuição ao relatar como suas experiências pes-

soais corroboram com a explicação inicial do debate sobre a crise econômica. Um camarada, por exemplo, comentou sobre como a medida provisória editada por Dilma, que ataca o seguro-desemprego, o prejudicou. Essa e outras colocações serviram de motivo para a conclusão de que os explorados devem lutar para pôr abaixo o golpe institucional, ao mesmo tempo em que não devem defender o governo petista.

Os presentes concordaram que as experiências citadas, como o trabalho político nos bairros, escolas e locais de trabalho devem servir de ponto de partida para a construção de uma saída revolucionária para a crise, com independência de classe.

Debate em Franco da Rocha

No dia 26 de março, o POR organizou um debate na subseção da Apeoesp de Franco da Rocha, com dois temas: o lançamento do livro “Socialismo ou Barbárie” e o impeachment do governo Dilma. No debate do livro, duas questões ganharam maior discussão: a ditadura militar instalada em 1964 no Brasil e a luta antiimperialista no Oriente Médio e região. Os conceitos de imperialismo, semicolônia, nacionalismo burguês, o papel revolucionário do proletariado e a crise de direção despertaram maior atenção.

A discussão do impeachment, do golpe em marcha, foi viva e se ligou à necessidade dos explorados se erguerem com independência de classe diante da disputa interburguesa ao redor do comando do Estado, levantando suas reivindicações, seus métodos de luta e a defesa da revogabilidade do mandato (só quem elegeu pode destituir). Claro, o elemento principal que falta é o partido revolucionário.

Na Apeoesp

Durante o mês de março e início de abril ocorreram as reuniões de representantes de escolas e do Conselho Estadual (CR). O tema central foi o problema do impeachment. Estavam presentes três posições: a) do PT, defendida pela Corrente Articulação Sindical, PCdoB, O Trabalho e PCO; b) do PSTU e aliados, manifestada pela bandeira de Fora Todos, eleições diretas; c) do POR, expresso pela bandeira de Abaixo o golpe contra o governo Dilma, defesa da independência de classe dos explorados e da constituição de uma frente única sindical em torno das reivindicações e contra o golpe.

No CR, do dia 17 de março, a discussão sobre o golpe foi importante para delimitar as posições. A linha do PT e seus aliados estava coesa na defesa do governo Dilma, da democracia e contra defender as reivindicações dos explorados que se chocavam com o governo. Entre uma colocação e outra, os apoiadores gritavam: “Não vai ter golpe”.

O PSTU iniciou condenando as ações repressivas do juiz Sérgio Moro contra Lula e a violação das leis (grampo, condução coercitiva). No entanto, dizia que não se tratava de golpe. Justificava que o golpe era o que Dilma dava aos trabalhadores com as demissões e aumento do custo de vida. E defendeu a bandeira do “Fora Todos e eleições gerais”, dizendo que essa deveria ser a alternativa dos trabalhadores.

O PSOL compareceu dividido. Uma ala apoiando o PSTU e outra (ligada à Intersindical) que reconhecia que havia um golpe contra Dilma, mas que não iria aos atos para apoiar o governo.

O POR divulgou a declaração “As condições para o golpe triunfar estão dadas. Como enfrentar a reação direitista?” e a defendeu na reunião. A essência da colocação, depois de condenar a criminalização do PT e as perseguições políticas da Operação Lava Jato, foi que não era possível derrotar os golpistas no campo da democracia burguesa e do “Estado de direito”. Somente com a política e os métodos da classe operária seria possível enfrentar a direita burguesa. Sob a

política do PT, a derrota era inevitável. E que era tarefa dos sindicatos enfrentar o movimento golpista no campo da independência de classe, o que exigia emancipá-los da política do governo do PT.

O debate se acirrou em torno da acusação da burocracia de quem não estava com Dilma, estava a favor do golpe. Essa colocação de divisão em dois campos falseou o problema de classe, que se expressa na crise política. Na verdade, há dois campos contra o golpe. O campo da política burguesa, que reconhece o golpe e quer enfrentá-lo com os instrumentos da democracia do Estado de Direito. Por isso, não rejeita o impeachment, desde que haja o crime de responsabilidade fiscal. E que diz que é golpe porque não há provas desse crime. E há o campo da independência de classe, portanto da política proletária. Afirmava que há um golpe contra o voto da população que deu maioria a Dilma. Defendeu a bandeira da revogabilidade de mandato, somente que elegeu por destituir um governo e não uma minoria burguesa do Congresso Nacional. E concluiu que somente com a independência dos sindicatos e com um programa de reivindicação da maioria explorada é possível derrotar o golpe e os golpistas.

Na USP

Nossa campanha se deu por meio de colagem dos cartazes e da intervenção nos debates. Nas eleições do DCE da USP, a discussão sobre o golpe foi mais acalorada, principalmente na FFLCH (unidade das humanas). Estiveram presentes todas as correntes, o que refletiu diversas e distintas posições.

O reacionário MNN (Território Livre) defendeu a prisão de Lula. O MES/PSol se colocou contrário ao impeachment, mas sob a linha da Frente Brasil Popular. O PSTU defendeu “Fora Todos, Eleições Gerais”, não se distinguindo na essência da posição de setores burgueses e do próprio imperialismo. À semelhança do PSTU, correntes do PSol levantaram a bandeira de frente eleitoral de esquerda. As duas chapas do PT estiveram com “Não vai ter golpe”, “Fica Dilma”. PCO refletiu em sua defesa contra o golpe as bandeiras da Frente Brasil Popular de apoio ao governo e de negação da luta pelas reivindicações dos explorados.

O POR defendeu que o combate ao golpismo deve ter por base as reivindicações concretas contra o desmonte da USP como parte da necessária luta geral das massas por empregos, salários e direitos, atacados pelo governo e pela oposição burguesa. E mostrou que a disputa interburguesa contaminava o movimento estudantil, que refletia na divisão das dez chapas a ausência da luta pelas reivindicações mais sentidas na universidade e da intervenção independente do proletariado na crise, o que poderia centralizar as forças de esquerda ao redor de suas reivindicações, seus métodos e sua estratégia própria de poder (governo operário e camponês). Denunciou o golpe em marcha, que acontecia com ou sem o chamado crime de responsabilidade, e que estava contraposto ao princípio democrático da revogabilidade de mandato (só quem elegeu pode remover o governo). Criticou os que apoiam o governo antinacional e antipopular e mostrou que o PT era incapaz de enfrentar o golpe, uma vez que não tinha como chamar as massas, atacadas por Dilma, a apoiá-la e se submetia às instituições e à democracia burguesas, nas quais o golpe foi gestado.

Nas fábricas

O POR publica há vários anos o Boletim Nossa Classe. No início de abril, trouxe no seu editorial (Política Operária) um manifesto intitulado: “Não ao impeachment! Abaixo o golpe contra Dilma!”.

Eis sua essência: “A classe operária, os camponeses e a juventude devem lutar contra a derrubada do governo eleito. Somente a população, que

forma a maioria do País, pode destituir Dilma Rousseff. Levantemos a bandeira de revogabilidade do mandato presidencial por aqueles que elegeram a presidente" (...) "Não se trata de defender o governo de Dilma e o PT, mas sim de defender o direito democrático de que somente quem elegeu pode acabar com o governo. O impeachment é um instrumento antidemocrático, porque coloca o destino do governo eleito nas mãos de um Congresso Nacional completamente desvinculado da população e contraposto às necessidades da maioria oprimida". (...) "A classe operária e demais oprimidos não têm como saber até onde vai a podridão de todos esses partidos. A não ser que constituísse um Tribunal Popular, apoiado nas assembleias e movimentos de massa. Sabemos que todos os partidos que defende o capitalismo apodrecem com o dinheiro dos capitalistas. Está aí por que a única razão de lutar contra o impeachment está em que somente os explorados podem julgar e destituir o governo que elegeu. Nenhum operário consciente deve apoiar o golpe. Não deve se colocar do lado dos bandidos Aécio Neves, Eduardo Cunha e demais comparsas. Deve se colocar pela luta independente, levantando suas reivindicações (emprego, salário, fim da terceirização, etc.) como ponto de partida da luta contra o golpe".

Na porta das fábricas, foi possível observar que a classe operária está dividida. Uma parte assimilou a campanha da burguesia de que Dilma cometeu um crime de responsabilidade e que o PT é corrupto. Outra, se mostrou receosa com o que poderá vir com a destituição do governo e a posse de Temer. Certamente, teme o fim do Bolsa-Família, do Pronatec, da Minha Casa, minha vida, etc. Essa divisão revela tão somente o retrocesso político sofrido pelo proletariado e o domínio das burocracias sindicais, que também se dividiram em torno do apoio ao governo e de seu impeachment. A ausência de um partido próprio da classe operária é o maior obstáculo para a luta contra o golpe no terreno da independência de classe.

Junto aos Secundaristas

O POR/Corrente Proletária Estudantil fez campanha nas escolas secundaristas e junto à vanguarda que esteve à frente das ocupações de escolas em São Paulo.

Publicou um Boletim no início de abril fazendo uma chamada: "Como a juventude deve se colocar diante do impeachment". Afirmava que "a derrubada do governo de Dilma Rousseff por meio do impeachment é um golpe chefiado pelo PSDB. O que deve ficar claro é que lutar contra o impeachment não implica necessariamente apoiar o governo. Ocorre que o movimento do PT, PCdoB, CUT, MST e UNE é de apoio ao governo.

Por que devemos lutar contra o golpe sem apoiar o governo? 1) porque o impeachment cassa o voto de 54 milhões que elegeram Dilma. Defendemos o princípio democrático de que somente quem elegeu pode destituir o eleito. O Congresso Nacional não apenas não está sob o controle da população, como está acima e oposto à maioria oprimida. Os explorados e a juventude devem dizer: somente nós que elegemos podemos destituir a presidente. Vocês, deputados, representam a minoria capitalista. Não representam de fato o povo. Destituir Dilma é golpe; 2) não apoiamos Dilma porque é um governo burguês. É responsável por medidas antipopulares (destruiu direitos trabalhistas e previdenciários) e antinacionais (privatizações, proteção do capital financeiro). Organizamos nossa luta a partir de nossas reivindicações, que se colocam tanto contra o governo petista, quanto contra os partidos da

oposição golpista".

A Corrente Proletária realizou reuniões com secundaristas, após a distribuição do boletim, nas regiões da Lapa, Morato e Campo Limpo. Que discutiu o problema do golpe e da organização dos estudantes por meio da criação de grêmios livres.

No debate sobre conjuntura do Espaço Unidade de Ação em São Paulo

No dia 28 de março, o Espaço Unidade de Ação realizou sua plenária em São Paulo, com ampla participação de correntes de esquerda. Ali se colocaram as mais variadas posições políticas sobre o golpe, desde a defesa da prisão de Lula e dos corruptos (MNN, LS/PSol), passando pelas posições de Fora Todos e Eleições Gerais, e Frente eleitoral de Esquerda. Destaca-se a defesa do PSTU de que não havia golpe porque não era militar. Somente neste caso o PSTU se colocaria contra o golpe. Ou seja, reafirmou que não combateria o impeachment por não ser uma questão dos explorados, mas somente uma disputa interburguesa. E que só caberia na atual situação a defesa das eleições gerais, para as quais se deveria constituir uma alternativa dos trabalhadores.

O POR mostrou o conteúdo do golpe, que era a negação da revogabilidade de mandato. Criticou as correntes de esquerda que colocavam suas respostas à crise no campo da burguesia e de suas instituições (prisão, impeachment, eleições, constituinte, apoio ao governo), e não no da independência de classe. Concluiu mostrando a necessidade da frente única sindical, capaz de erguer uma greve geral no país, que dependia de uma luta política em relação às maiores centrais (governistas ou sob a direção da oposição burguesa), e dos tribunais populares.

Intervenção do POR no ato de 1º de abril convocado pela CSP-Conlutas

O POR atuou por meio de um manifesto, das faixas e de uma intervenção no carro de som. Contrariando as posições do PSTU, o pronunciamento do POR se ateve a três pontos fundamentais: 1) não há dúvida que o impeachment de Dilma Rousseff é um golpe do PSDB e seus aliados; 2) o golpe consiste em destituir um governo eleito; 3) é preciso lutar contra o golpe sob

a bandeira de que somente quem elegeu pode destituir, afirmando o princípio da revogabilidade de mandato. Essa luta deve partir das necessidades reais dos explorados e de suas reivindicações. Fez uma crítica à bandeira do "Fora Todos, eleições gerais", que conduziu o ato da Conlutas, dizendo que se trata de um erro negar que não há golpe com a destituição do governo eleito. E concluiu com a defesa da estratégia proletária para a crise econômica e política, materializada no governo operário e camponês, resultado da revolução social.

Os cartazes do POR diziam: "Abaixo o golpe contra Dilma. Só a mobilização independente da classe operária por suas reivindicações e com seus métodos de luta pode quebrar a espinha dorsal do golpe". Compareceu com o panfleto: "Abaixo o golpe contra Dilma. Não ao impeachment armado pelo PSDB, DEM, PPS e demais golpistas".



Abaixo o golpe:

- do PSDB e de seus aliados
- do Ministério Público, da Polícia Federal, do Supremo Tribunal Federal
- da canalha parlamentar do Congresso Nacional
- da FIESP, de todos os capitalistas e do capital financeiro
- da Ordem dos Advogados, das Associações de Magistrados e das quadrilhas de associações civis
- do Movimento "Vem pra Rua" e do Movimento Brasil Livre
- da Rede Globo, do jornal Estadão e toda imprensa monopolista
- da burguesia brasileira e do imperialismo

Levantemos as reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos sem-terra e da classe média arruinada! Organizemos um movimento nacional para colocar nas ruas as necessidades da maioria oprimida! Respondamos à corrupção da burguesia e de seus partidos apontando que somente as massas mobilizadas com seus Tribunais Populares serão capazes de julgá-los e puni-los! Enfrentemos as ações golpistas com a mobilização geral e unitária dos explorados por suas reivindicações e com a luta de classes! Ergamos a bandeira: somente um governo operário e camponês nascido das lutas e assentado na organização independente dos explorados poderá resolver a crise política que é uma crise do poder burguês.

POR

Partido Operário Revolucionário



MASSAS

A posição dos partidos burgueses, das esquerdas e dos movimentos sociais no Ceará frente ao Impeachment de Dilma/PT

A caça aos votos de deputados federais em todo o país tornou-se a tarefa mais impostergável e urgente do governo Dilma nas semanas que antecederam a votação do relatório que recomendava a abertura do processo do Impeachment no plenário da Câmara Federal. Seguindo orientações de Brasília, o governador Camilo Santana (PT) se empenhou nas articulações para arregimentar o voto da maioria da bancada cearense. Dos 22 deputados, uma maioria apertada de 11 votou contra o Impeachment (PT e PDT deram 3 votos cada um. PROS, PSD, PP, PC do B e PTB, deram 1 voto cada). Os votos favoráveis à abertura do processo somaram 9 (2 do PMDB, e 1 voto de cada um dos partidos da oposição - PSDB, PSB, SD, PP, PRB, PR e DEM). Houve ainda uma abstenção do PR e uma ausência do PMDB. Chamou atenção a mudança, de última hora, da posição do deputado Adail Carneiro (PP) que esteve no palanque de Lula, durante o ato do dia 12 de abril, gritando “Não vai ter golpe!” e votou favorável ao Impeachment. Por outro lado, a deputada Gorete Pereira (PR) rompendo com a orientação de seu partido, absteve-se de votar, favorecendo o governo.

Os interesses regionais das frações burguesas oligarquizadas não puderam estar alinhados completamente aos interesses da frações burguesas mais poderosas concentradas no centro-sul do país, abertamente em favor da cassação do mandato de Dilma. Isso se refletiu na impossibilidade de algumas legendas centralizarem as ações de seus parlamentares que votaram das mais variadas formas. Não apenas o PMDB cearense, mas o PR e o PP votaram divididos localmente ou em choque com as direções nacionais. Esse quadro se repetiu em outros estados nordestinos, evidenciando a divisão das oligarquias ao redor do impeachment.

O Ceará foi, assim, um dos três estados em que o governo obteve maioria de votos contra a abertura do processo de impeachment. Esta maioria parlamentar, porém, não expressou de maneira geral, a força política do governo Camilo Santana, nem muito menos do governo Dilma Rousseff. Mas antes da oligarquia Ferreira Gomes. Camilo Santana encontra-se ligado ao PT cearense por mera formalidade. A seu vínculo com os irmãos Gomes deve não apenas sua eleição com também sua governabilidade com maioria na Assembleia Legislativa. A movimentação da oligarquia Ferreira Gomes (que mais uma vez saltou de legenda, do PSB para o PDT) arregimentando as mais variadas forças políticas locais, salvou o governo Dilma de uma derrota certa no Estado. Os irmãos Ciro e Cid tiveram acesso ao primeiro escalão do governo do PT, durante mais de uma década, ora diretamente ora através de apadrinhados políticos. As rusgas perigosas com o PMDB na sucessão estadual de 2014, deixavam de alguma forma o temor de retaliações vindas do então candidato derrotado, senador Eunício Oliveira, figura de proa junto às lideranças nacionais do partido. Os Ferreira Gomes, que se alinharam ao PT mais por pragmatismo orçamentário que por qualquer outra coisa, não podiam deixar que seu inimigo visceral, o PMDB, se apoderasse do Palácio do Planalto para interromper seu acesso às sinecuras mais importantes como a potencializar o rival regionalmente no Estado, para as próximas eleições. Eis as raízes da aliança com o petismo. Em menor grau, não desconsideramos também o interesse da oligarquia em adquirir, dessa forma, melhores condições para pressionar o PT a não lançar candidato próprio à prefeitura de Fortaleza e aceitar algum acordo de apoio a seu correligionário Roberto Cláudio (PDT).

A crise econômica que afetou a indústria e o comércio do estado, as medidas do ajuste fiscal, além da campanha incessante da imprensa burguesa, reduziu drasticamente a popularidade da presidente. No Ceará, como nos demais estados do Nordeste, menos de 20% do

eleitorado tem aprovado seu governo. Nas camadas mais pobres, que têm se beneficiado dos programas assistencialistas, ainda é elevado o apoio à Dilma. No proletariado, tem predominado a apatia e a indiferença e, em razão disso, não pode arrastar a pequena burguesia arruinada consigo. Entre as classes médias, o rechaço se tornou majoritário. A grande burguesia a envolveu com sua propaganda e a alimentou com seus preconceitos mais infames. A pequena burguesia tem organizado atividades de rua, com um ódio cego ao comunismo, às organizações de esquerda e aos movimentos populares. Seu reduto, hoje como ontem, continua a ser a Praça Portugal, na zona nobre da cidade, onde comemorou a vitória do Impeachment na Câmara.

OPT, a CUT e o MST impulsionaram, no último período, as atividades da Frente Brasil Popular (FBP) no Estado. Investiram pesado na propaganda da sua “virada cultural contra o golpe”, um ato na Avenida da universidade, que reuniu cerca de 5 mil pessoas. A defesa do governo a obrigou a aceitar em silêncio o ataque às condições de vida dos explorados através das medidas antinacionais e antipopulares como o recente PL 257/16. Tal como em outros estados, no Ceará a CUT-CTB não foram capazes de arrastar a classe operária para a defesa enfática do governo.

A burguesia cearense do setor industrial e comercial, se encontra bem alinhada em torno da FIEC, do CDL, Fecomércio e Sindilojas. Trabalhou pela queda do governo, na medida de suas parcas forças econômicas e comemorou o impeachment. Beto Studart, presidente da FIEC, declarou logo após o fim da sessão na Câmara: “*Não existe mais um ambiente de sustentação política, de credibilidade, acho que o impeachment foi bem-vindo para a sociedade brasileira. Veja que foi um fato comemorado por muitos no Brasil afora. Nós, industriais, estamos vendo isso como um recomeço*”.

As esquerdas intervieram no processo com distintas posições. O PSTU fez campanha pelo “Fora Todos” e “Eleições gerais já!”. Em Fortaleza, convocou o ato do dia 1 de abril, que reuniu apenas os setores sobre os quais tem atuação e os aparatos que controlam. A posição esquerdista adotada os tem levado a um visível isolamento no seio dos movimentos sociais. A Frente Povo Sem Medo, integrada por PSOL, MTST e outras organizações, desenvolveu, a princípio, suas próprias atividades e atos de rua. Chegou a realizar uma ocupação em um dos CUCAs da cidade, mas por fim, integrou-se ao ato da CUT/FBP, embora conformando uma ala própria. Distinguiu-se do reformismo petista defendendo, em palavras, a independência frente ao governo Dilma/PT, ao mesmo tempo em que denunciava o impeachment da PSDB-PMDB.

O POR de início convocou algumas organizações de esquerda a construir uma ação unificada. Frustrada esta expectativa, interveio convocando plenárias e organizando a campanha contra o golpe, através de panfletagens e atos, como na porta de fábrica da Guararapes. Delimitou-se programaticamente levantando a bandeira de que apenas as massas que elegeram Dilma poderiam destituí-las e que o mecanismo do impeachment era antidemocrático. Que as massas deveriam por abaixo o golpe com os métodos do proletariado e que deveriam lutar simultaneamente por suas reivindicações mais sentidas como salários, emprego e direitos trabalhistas.

A luta de classes atravessa um momento de acuidade crescente. A crise empurrará os vários setores dos explorados, um após outro, para as ruas. Não permitirá igualmente a estabilidade dos governos. As condições para a propaganda das ideias revolucionárias se tornam mais propícias. Será preciso, no próximo período, não apenas vincular o programa com as massas que despertam, mas saber ganhar uma parte dos explorados para a construção impostergável do partido operário revolucionário.

Rio Grande do Norte

A conjuntura política no RN frente ao Golpe contra Dilma/PT

As duas principais cidades do RN (Natal e Mossoró) realizaram atos públicos organizados pela Frente Brasil Popular. Em especial em Natal, as manifestações contaram com um grande número de pessoas em defesa do governo Dilma. Tanto no ato do dia 18 quanto no dia 31 contou-se com a presença do MST, MTST, funcionários públicos e militantes do PT, PSol e anarquistas. Todos em defesa da democracia tão propagada pelos petistas e sob a bandeira de “Não vai ter golpe”. Nestas manifestações, sentiu-se a ausência da classe operária. As manifestações em defesa do golpe no RN foram esvaziadas contando com a presença de lideranças políticas envolvidas em corrupção como a família Alves, Maia, Melo parte das oligarquias do RN.

Os deputados do RN neste domingo em sua maioria votaram pelo afastamento da presidente. Inclusive o deputado Fabio Faria, filho do governador, que tinha como aliado o PT. Sua declaração de que votaria pelo afastamento levou o PT a entregar todos os cargos, rompendo com o governo de Robinson de Faria. A única deputada a votar contra o golpe não o fez à toa. Seu irmão o ex-deputado João Maia, encarregado das negociações com todo o PR, exigiu assumir a vice-presidência do Banco do Brasil. Hoje os petistas a defendem e afirmam que “esta os representa”, não explica a que custo. A deputada Zenaide é esposa do prefeito de São Gonçalo que massacra as greves e não negocia com os trabalhadores.

Como em todo o país, em Natal as manifestações no domingo chamavam a “não propagar o ódio”, assistir passivamente e assim foi feito. Uma parcela da população nas ruas assistindo pelos telões o resultado do golpe.

Na UFRN, o POR colou cartazes no corredor, participou de debates, distribuindo manifestos e fazendo intervenções. O primeiro debate, se tratou de uma mesa composta por Amanda Gurgel (PSTU), Robério Paulino (PSOL) e Henrique Wellen (PCB). O PSTU colocou que a movimentação em torno do Impeachment se tratava de manobras por dentro do regime, e por isso não se tratava de golpe; apontou a saída do “Fora todos, eleições gerais”. O PCB analisou que o fortalecimento da direita foi possibilitado pelo PT, que tais disputas aconteciam “no bloco da classe dominante”, que a conjuntura era desfavorável e que deveríamos tentar construir “um grande bloco anticapitalista e contra o governo”, reunindo “o conjunto de forças que querem transformar o Brasil”. Robério (PSOL) fala que são contra o Impeachment, porque se trata de uma saída à direita da crise, e propõe construir um terceiro campo, convocar eleições gerais e realizar uma “reforma política radical para remover toda a podridão”. O POR entrevistou explicando o porquê que o Impeachment era um golpe e apontando a luta contra o golpe com independência de classe.

O segundo debate que participamos foi chamado pela Rede Sustentabilidade. A Rede defendeu o “Nem Dilma, nem Temer”, colocando que a melhor saída para a crise seria que a população decidisse por meio de eleições gerais; apontava formas de atingir esse objetivo, dentre elas uma ação no TSE para a impugnação da chapa. O POR entrevistou colocando que o Impeachment era um golpe, pois atava o princípio da revogabilidade, mas que a saída não se daria pela via institucional, mas sim pelo método da democracia operária, dos tribunais populares, pois só assim as massas poderiam apurar os fatos julgar de fato o governo eleito, jurídico e politicamente. A defesa de eleições gerais não combate o golpismo, mas de uma forma ou de outra subentende que uma destituição do governo aconteça, seja pelo

TSE ou pelo Parlamento, para que ocorram novas eleições.

O terceiro debate, intitulado “O Estado é o Golpe”, foi chamado pelo Coletivo Acadêmico de Ciências Sociais. Tratou-se de um rico debate. Foi introduzido com a fala de um convidado que relatou sua experiência da clandestinidade na ditadura militar, quando militava pelo PCR. O POR interveio explicando que a ditadura e a democracia são duas faces da mesma ditadura da burguesia, e que a mais democrática das democracias é ainda uma ditadura de classe da burguesia, pois defende a propriedade privada. Falamos da inviabilidade da burguesia garantir de forma plena os preceitos da própria democracia burguesa. Vez ou outra realiza golpes para manutenção de seus interesses, como no caso atual do Impeachment, que rompe com o princípio da revogabilidade. Apontamos o caminho de independência de classe para a solução da crise, que se dava pelos tribunais populares, pelo método da democracia operária e ação direta. Sugiram questionamentos em torno dessa proposta. Uma das críticas foi a de que tal saída pode vir a ser desastrosa, dando o exemplo do recente escrache e tortura de dois jovens em Natal, suspeitos de estarem praticando assaltos, onde foram obrigados, por pessoas na rua, a pularem da ponte. Contrapomo-nos explicando que não se poderia confundir os tribunais populares com a barbárie capitalista, que é gerada pelas contradições que esse sistema acumula na sociedade. Tal acontecimento só favorece a burguesia, a partir do momento que os explorados não conseguem enxergar a raiz da criminalidade das relações de produção capitalistas, utilizando-se de dois menores para dar escape à sua revolta. Os tribunais populares se contrapõem à essa barbárie, pois surgem em um processo de luta contra a burguesia, a partir das assembleias dos locais de trabalho, moradia, etc., onde os explorados estarão unidos em torno da luta pela defesa de suas condições de vida. Por fim, um grupo anarquista chamado “Projeto Vírus” colocou que o impeachment se tratava de um golpe, uma vez que era uma movimentação das “elites”, se aliando com “setores”, para garantir o controle pleno do poder e avançar os ataques; chamou a ir para o ato da CUT, não para defender o governo, mas para se contrapor ao golpe. O POR divergiu, dizendo que não comparecia aos atos chamados pela CUT, uma vez que subordinavam as massas à disputa interburguesa e às instituições burguesas, impedindo que os explorados combatam o golpe com independência de classe.

Na educação, atuamos com os manifestos, em especial na greve municipal de São Gonçalo do Amarante. Combatemos as posições defendidas pelo PSTU que dirige o sindicato de Fora Todos, eleições gerais. Denunciamos o oportunismo dos morenistas quando afirmavam que eram contra o impeachment mostrando como no estado foi o primeiro a encabeçar o mesmo chamado contra o governo de Rosalba/DEM e que o POR já denunciava como uma bandeira eleitoreira. Defendíamos o abaixo o governo de Rosalba. Panfletagens foram feitas nas escolas de outros municípios.

O SINDSAÚDE realiza a primeira assembleia estadual da saúde do ano, no dia 17 de março, um dia após o vazamento das conversas entre Lula e Dilma Rousseff, e a possível nomeação do ex presidente como ministro. A assembleia Estadual se inicia com uma discussão política com o ponto de vistas das 04 correntes políticas que atuam na base da saúde.

O PSTU, PSOL, PT e o POR tiveram 5 minutos cada para apresentar suas análises da conjuntura. O PSTU (Majoritária da Direção

do sindicato) avalia os atos acontecidos anteriormente dos prós e dos contra o governo do PT, concluindo que nenhum trabalhador deveriam participar dos atos convocados pelo PSDB nem pelo PT, e que deveríamos construir um ato chamando o “FORA TODOS, por novas Eleições Gerais” que a CSP-CONLUTAS estava chamando para o dia 1º de Abril como sendo o dia que denunciaríamos todas as mentiras dos corruptos.

O PSOL/Goss (Grupo de Oposição Sindsaúde) percebe a dificuldade de análise da conjuntura e que os trabalhadores estão confusos, devido a isso, deveríamos como corrente política, avaliar calmamente a situação, pois a realidade muda a cada dia. Conclui denunciando que a bandeira de “FORA TODOS” é eleitoreira.

O PT/(Minoria absoluta da direção do sindicato) se coloca temeroso com sustentabilidade da democracia e teme o retorno do PSDB a presidência do país, pois apesar dos erros cometido pelo governo do PT pior seria o PSDB voltando.

Nós da Corrente Proletária na Saúde/POR, refletimos que não há capitalismo sem corrupção, e as frações burguesas estavam em disputas pelo poder. A luta pelo poder burguês se travava no campo da

democracia burguesa e por isso não é uma luta independente que levantasse as reivindicações da categoria e a defesa de seus direitos.

Após a assembleia, as correntes tiveram um espaço para escrever suas posições políticas em um informativo sindical (Tribuna de Debates). A tribuna de Debates circulou em todos os hospitais fazendo com que chegassem a categoria as posições defendidas pelas correntes políticas atuantes em sua base.

O círculo de debate concluiu com a realização de uma assembleia dia 14 de abril, onde a pauta seria apenas a definição da política oficial da categoria da saúde. Nesta assembleia, suas posições sobre as correntes, com exceção do GOSS/PSOL, compareceram e tiveram 8 minutos para apresentar e defender o processo de impeachment. O PSTU apresenta a ideia de disputa burguesa e de não haver golpe, o PT e o POR defenderam haver sim um golpe, apenas nós do POR explicando que o golpe que entendemos se diferencia do golpe que os petistas temem, pois se trataria de um golpe institucional e não de um golpe fascista. Por fim, criticamos a direção chamar a assembleia apenas para se tirar uma posição oficial desligada da luta pelas reivindicações mais sentidas pela classe.

Bahia / Manifestações em Salvador contra o Impeachment

As manifestações pelo país se centraram na defesa do Governo Dilma (PT), deixando de lado a necessidade de articular a luta contra a ofensiva golpista da direita e o Impeachment com a defesa intransigente das reivindicações da classe operária e de mais explorados e oprimidos contra os ataques dos governos federal e estaduais e os ajustes fiscais. As poucas palavras de ordem, faixas e cartazes defendendo a Petrobrás 100% estatal e contra a política econômica do governo nada mais expressavam que o profundo comprometimento do PT, da CUT, das direções de movimentos sociais importantes (MTST, MST), da chamada Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo com o governo petista, mesmo diante do aprofundamento dos ataques e da disposição do governo de continuar com o ajuste fiscal com cortes de verbas para a educação, saúde, moradia, política de assentamentos, entre outros, drenando os recursos para pagamento de juros e amortizações da dívida pública com credores e financistas. Isso não quer dizer que no seio das manifestações não houvesse setores minoritários, que saíram às ruas contra a ofensiva golpista e contra o Impeachment sem apoiar abertamente o governo, motivados pela defesa da “democracia” em abstrato.

Em Salvador-BA não foi diferente. As manifestações ecoaram as palavras de ordem de “não vai ter golpe!” e “em defesa da democracia!”, como ocorreu na manifestação do dia 18/03, concentrada na Praça do Campo Grande, seguida de passeata. Uma parte da classe média arruinada, sob o discurso do medo de retorno a períodos de retiradas de liberdades democráticas ou da volta de governos neoliberais do PSDB/DEM, saiu às ruas, colocaram-se contra o golpe em curso, o Impeachment e defesa de direitos sociais. Outras manifestações também foram realizadas em menores proporções na capital e em poucas cidades do interior da Bahia. De toda sorte, as burocracias sindicais da CUT/CTB e parlamentares petistas e do PCdoB mantiveram a centralização burocrática dos atos, de modo conduzi-las ao objetivo central, qual seja, a defesa de um governo que ataca os trabalhadores, que gerencia o Estado burguês e que protege a grande propriedade privada dos meios de produção a serviço dos grandes capitalistas. Os setores pró-governo também organizaram caravanas a Brasília para fortalecer os atos em apoio ao governo Dilma, pressionado o Congresso Nacional e parlamentares a não votar pela admissibilidade do Impeachment.

No dia 31/03, foi realizada uma caminhada pelas ruas de Salvador contra o impeachment, passando em pontos importantes da cidade como o Campo da pólvora, antigo Campo dos Mártires e onde estão

grafados os nomes de todos os militantes perseguidos e torturados pela ditadura militar. Contou com uma participação de um grande número de manifestantes, dentre eles destacamos um grupo de indígenas da etnia Pataxó do sul da Bahia. Entretanto, em número menor do que a do dia 18/03. O anúncio da PLP 257, que ataca o conjunto dos servidores públicos, arrefeceu as manifestações, que se depara com esta contradição: defender um governo que ataca os trabalhadores, mesmo acuado pela ofensiva da direita e pelo Impeachment. A direção das manifestações pró-governo (PT/PCdoB/CUT/CTB) continuou com o mote da defesa abstrata da democracia, argumentando que não se pode denunciar e lutar contra os ataques aos direitos, pois resultaria em maior fragilidade do governo Dilma frente à oposição de direita (PSDB/DEM).

No dia 16/04, anterior ao dia da votação na Câmara dos Deputados pela admissibilidade do impeachment, houve uma vigília no Farol da Barra que contou com a presença de militantes do MST que acamparam no local, participando do ato organizado pela Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, e demais entidades organizadas em favor da democracia e contra o golpe, acompanharam a sessão da Câmara no ato de votação a favor ou contra a admissibilidade do Impedimento de Dilma. Apesar de vozes dissonantes, prevaleceu esmagadoramente a defesa do Governo Dilma e da democracia contra o golpe do PSDB/DEM/PMDB e pela saída do presidente da Câmara Eduardo Cunha.

As universidades públicas da Bahia e o debate do Impeachment

A reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o apoio das direções da APUB (sindicatos dos docentes), DCE (estudantes) e ASSUFBA (técnico-administrativos) promoveu um ciclo de debates durante a semana de 4 a 8 de abril intitulado de “Crise e Democracia” com o objetivo de reunir várias representações políticas e individuais em destaque no cenário político para analisar a atual conjuntura política e os desenlaces desta profunda crise. A cada dia ocorreu uma mesa composta por várias representações. No primeiro dia (4/4) teve a presença de intelectuais, representantes do Psol, PT. Estava prevista a presença da deputada pelo PCdoB, Jandira Feghali, que não compareceu. O representante do PSOL esboçou críticas ao governo, focando na análise comparativa dos gastos do governo com o pagamento dos juros e amortizações da dívida e os gastos com os programas sociais, mantendo-se, em geral, no plano da oposição parlamentar e institucional ao

Governo do PT. Foi vaiado pelas organizações defensoras do governo que lotaram o auditório da reitoria.

No dia 05/04, o debate contou com a presença de representantes do PT, jornalistas, Zé Maria (PSTU) e do PCdoB. Como não poderia deixar de ser, o PCdoB defendeu sem qualquer condição o governo petista, ocultando os ataques aos trabalhadores nos últimos 14 anos. Zé Maria (PSTU) defendeu a sua política sectária de “Fora Todos, Eleições gerais já!”, completamente indiferente à ofensiva da direita e ao caráter do Impeachment, completamente deslocada da realidade política e da luta de classes na atualidade. Sofreu fortes críticas à política nacional e internacional do PSTU. Seu sectarismo não conseguiu mascarar o oportunismo eleitoralista, pois a política de “Eleições gerais já!” não só depende do impedimento de Dilma, por meio do Impeachment ou da cassação da chapa, como se aproxima de certos setores de direita interessados em uma saída para a crise. No mais demonstrou que a consigna de “Governo socialista dos trabalhadores” está completamente adaptada às estratégia eleitoral de chegar ao poder por meio das eleições burguesas para gerenciar o Estado.

No dia 06/04, houve mais um debate com representantes do PCdoB, intelectuais, do PT e PSOL. No dia 7/04, debateram a conjuntura economistas, além de Julio Turra (OT), representante PT. No dia 08/04, debateram intelectuais, jornalista e João Paulo Rodrigues (MST). Em outras unidades da Universidade Federal da Bahia foram realizadas aulas públicas e debates para discutir a conjuntura política do Brasil. A APUB, DCE E ASSUFBA lançaram o “comitê em defesa da democracia”, com a realização de debates, atos e manifestos, porém não levantavam em alto punho a defesa dos direitos dos trabalhadores.

A Universidade Estadual da Bahia (Campus Salvador) realizou atividades em defesa da democracia de forma geral que se converteram em atos e atividades em defesa do governo Dilma (PT). Soldaram-se às várias notas e manifestações no Estado da Bahia em defesa da democracia e contra o Impeachment. O Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Salvador, também realizou debates contando com a representação dos favoráveis e contrários ao Impeachment, com participação dos alunos da referida entidade. No geral, prevaleceu nas atividades realizadas nas universidades a defesa pelos setores governistas da abstrata democracia e do Governo Dilma contra o golpe do Impeachment, secundarizando a defesa das reivindicações dos trabalhadores contra os ajustes e ataques do próprio governo Dilma e do Congresso Nacional.

Bancada baiana na votação do Impeachment

A bancada da Bahia é a quarta maior na Câmara dos Deputados, dentre os 39 deputados 20 votaram contrários, 17 a favor e duas abstenções frente à admissibilidade do processo de Impeachment. Foi a segunda maior bancada a se posicionar contra o processo de admissibilidade do Impeachment de Dilma. Convém destacar que dentre os votos contrários ao Impeachment reuniram-se tanto deputados historicamente ligados aos partidos de esquerda quanto das velhas oligarquias. O PT administra o Estado da Bahia há quase dez anos (Jaques Wagner e, atualmente, Rui Costa), reproduzindo na esfera estadual a política de conciliação de classes nacional do PT, atendendo aos interesses dos capitalistas e controlando as organizações (sindicatos) e movimentos sociais. A BA também tem o maior contingente de pessoas atendidas pelo programa Bolsa Família no país. As mesmas articulações de bastidores ocorridas em nível nacional, sob a direção de Lula e do governo junto aos parlamentares da Câmara e Senado, ocorreram na esfera estadual.

A posição do POR

Dada a materialidade do Impeachment, com a aceitação do processo pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha, em dezembro, expressando o aprofundamento da crise econômica e política, base da ofensiva da direita e do golpe institucional em curso, o POR realizou uma campanha contra o golpe da direita e o Impeachment contra o governo Dilma Rousseff.

Participamos de vários debates, reuniões, plenárias e de atos organizados pelo Espaço de Unidade e Ação e pela Frente de Esquerda da UFBA, defendendo nossa posição contra o golpe institucional em curso e o Impeachment, chamando a constituição de uma frente única sindical e política para barrar nas ruas, por meio do método da ação direta a ofensiva golpista e em defesa das reivindicações mais sentidas das massas operárias e demais explorados, contra os ajustes e ataques aos direitos dos trabalhadores.

1) Panfletagens em plenárias, debates e atividades

O POR realizou diversas panfletagens nas plenárias realizadas pela Frente de Esquerda da UFBA, do Espaço de Unidade e Ação, além das atividades chamadas na universidade para discutir a conjuntura política. Na semana em que se realizaram debates sobre conjuntura, crise e a defesa da democracia no auditório da reitoria da UFBA, fizemos panfletagem para o conjunto da vanguarda e de independentes presentes nos debates. Também realizamos panfletagem contra o golpismo e o Impeachment e em defesa dos direitos dos trabalhadores contra os ajustes e ataques dos governos no Encontro Preparatório ao II Encontro Nacional de Educação, realizado em Feira de Santana de 08 a 10 de abril de 2016.

2) Ato de 1º de abril em Salvador

Foram chamadas plenárias pela Frente de Esquerda da UFBA para discutir o ato de 1 de abril. Colocou-se claramente pela maioria presente a necessidade da luta contra a ofensiva da direita e os ajustes do governo Dilma (PT) contra os trabalhadores. Participaram militantes do POR, PSTU, da Frente de Esquerda, PSol, PCB e independentes. O PSTU defendeu a sua posição de que não há golpe em curso e que se trata de uma mera disputa interburguesa. Portanto, apesar de formalmente dizer que era contra o Impeachment, na prática ignora a ofensiva golpista em curso e o próprio Impeachment, em nome da bandeira de “Fora todos, Eleições Gerais Já!”. De maneira envergonhada, procuraram contemporizar, defendendo o mote e as consignas aprovadas pela plenária nacional do Espaço de Unidade e Ação, com a bandeira de “Nossa luta é contra Dilma/PT, Cunha, Temer e Renan/PMDB e Aécio e Alckmin/PSDB! Por uma alternativa dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre!”, que nada mais é que um eufemismo da política do PSTU.

O POR e outros militantes combateram essa política e colocaram a necessidade de lutar contra o impeachment e o golpe em curso e defender as reivindicações dos trabalhadores contra os ajustes e os ataques do governo. Na plenária do Espaço de Unidade e Ação em Salvador travou-se novamente o mesmo debate em torno do eixo da manifestação de 1º de Abril. Não havendo concordância, tendo em vista a insistência do PSTU, marcou-se uma nova reunião para que uma comissão tirasse o eixo e discutisse os encaminhamentos do ato. Participamos da reunião, junto com militantes do PSol, PSTU, Conlutas e independentes. Não houve concordância. Foi proposto o eixo “Contra a ofensiva da direita e contra os ataques do Governo Dilma (PT)”. PSTU não aceitou.

O ato do 1º de abril ocorreu na Praça da Piedade com participação de organizações como PSol, PSTU, POR, sindicatos. Impôs-se o eixo da maioria presente nas plenárias contra a ofensiva da direita e contra os ataques do governo Dilma (PT). PSTU não teve como evitar e impor a sua política. De qualquer forma, estivemos presentes, fizemos intervenções e distribuimos um manifesto com a nossa posição de combate ao golpismo e ao Impeachment, defendendo a necessidade de uma Frente única Sindical e Política para defender as reivindicações da classe operária e demais explorados contra os ajustes e ataques, diferenciando-se do conjunto das organizações e da posição sectária do PSTU. Trata-se de combater o golpismo e o Impeachment pelos métodos da luta de classes do proletariado e demais explorados, atando-o à defesa das reivindicações das massas trabalhadoras exploradas e oprimidas contra os ajustes do governo federal e estaduais e os ataques aos direitos.

Paraíba / Atuação das correntes em Campina Grande diante do golpe

Em Campina Grande, foi criado o movimento “UFCG contra o golpe”. Participamos de sua primeira plenária no dia 28 de março, distribuindo nosso manifesto e com uma intervenção ao microfone. A plenária foi convocada por um professor petista, conhecido do movimento por ser um quadro da burocracia universitária e de sua reitoria. Foi, por exemplo, o relator da Ebserh. Sua convocatória foi prontamente atendida pela Consulta Popular, MAB e os acadêmicos de esquerda da universidade. O cerne das intervenções dos governistas foi que, a despeito de “eventuais” críticas ao governo, todas as organizações de luta deveriam defender a democracia contra o golpe e, portanto, “ou se está com Dilma ou com a direita golpista”, diziam. Na oportunidade que tivemos, expusemos nossa absoluta crítica a tal ponto de vista. Explicamos como a escalada golpista ganhava novo fôlego a partir da prisão de João Santana; que o PT realizou um governo antinacional e antipopular, organizando a repressão contra a maioria explorada; que a liberdade petista concedida à Polícia Federal não é sintoma de democracia, mas tão somente expressão de suas dificuldades em centralizar as instituições do Estado; e, que no acirramento das disputas interburguesas, a tese do impeachment foi se consolidando, e as frações golpistas da burguesia foram agindo através de seus partidos, mas principalmente pelas instituições do Estado (TSE, STF, PF, PGR, etc.). Empenhavam-se em eliminar o PT, para melhor golpear o proletariado, os camponeses e a classe média empobrecida. Sustentamos perante a plenária convocada pelos governistas que a manobra em curso somente poderia ser evitada através da política operária, independente do reformismo petista, esgotado historicamente.

O PCO também estava presente. Em sua intervenção, as ideias genéricas de “democracia” (em geral, abstrata) e “direita” (sem considerar o vínculos do PT com partidos e políticos “conservadores”) podem resumir a defesa que fizeram ao governo. Configurada como uma frente claramente governista, disposta a subordinar toda iniciativa à defesa do governo, não vimos mais motivos para comparecer às suas atividades. O movimento “em defesa da democracia” seguiu, com debates e lançamento de um manifesto e atos de rua. Em outros *campi* também houve movimentações dos professores e estudantes em defesa do governo. Movimento semelhante ocorreu na capital João Pessoa, com debates e palestras na universidade e ato de rua. No dia 31, os integrantes da “Frente Brasil Popular” de Campina Grande e João Pessoa realizaram ato conjunto. Em Cajazeiras houve a Aula Pública “Golpe Nunca Mais” organizada pelo sindicato docente, com participação de UNE, MST e Levante. Em Patos, realizaram plenária contra o golpe. Em Cuité, o PET de Nutrição impulsionou a “Semana da democracia do Centro de Educação e Saúde (CES)”, com sarau, filmes, palestra e depoimento de dois antigos militantes que sobreviveram à tortura da ditadura militar.

A Associação de Docentes da UFCG, ADUFCG está com uma diretoria bastante fragilizada. Tem seguido a orientação do ANDES-SN, filiado à CSP-Conlutas. A diretoria tentou realizar duas assembleias para deliberar coletivamente sobre a crise política, mas sem quórum, a entidade permanece sem posição. Não compõe a “Frente Brasil Popular” e não têm classificado o impeachment como golpe. Seus atos foram contra o PLP 257/2016 que ataca o funcionalismo público. O PSol, marcado por ser um condomínio de tendências, está ainda mais dividido no Estado, após uma intervenção da direção nacional. Sua ala majoritária se enfileirou na defesa do governo, se dissolvendo nos atos da Frente Brasil Popular. Já o representante da corrente minoritária Nova Organização Socialista (NOS), denunciou o golpe e colocou a necessidade de combater o impeachment, porém, como se se tratasse de escolher o “menos pior”, com a defesa da democracia abstrata e criticando o PSTU pelo caráter minoritário de seus atos. Ou seja, uma polí-

tica sem princípios, oportunista.

A CSP-Conlutas e o PSTU não tiveram nenhuma iniciativa neste processo. No dia 1 de Abril desencorajaram a realização de um ato, nem mesmo compareceram ao debate realizado em Campina Grande. Porém, sua política equivocada e sectária tem exercido influência na avaliação de alguns membros do sindicato docente, que também compõem a mesma Central sindical.

Da reunião e debate do 1º de abril, foi aprovada a realização de uma plenária que partisse da independência de classe, porém, tal iniciativa levou apenas a um ato no dia 14 de Abril contra o PL 257 de ataque aos direitos sociais e servidores públicos. Nós do POR comparecemos ao ato com um manifesto mostrando que, sob a crise política, os capitalistas continuavam a atacar os trabalhadores.

Como se vê, na Paraíba prevaleceu a luta contra o golpe através da defesa da democracia, da denúncia de inconstitucionalidade e da aposta na capacidade de o PT conseguir reverter o xadrez da política burguesa por meio das negociações com os golpistas. O movimento foi organizado pelo PT, PCdoB, Consulta e Levante Popular, MAB e MST. Mesmo com o golpe em curso, continuaram com a bandeira do “Não vai ter golpe”. Suas atividades se deram basicamente nas universidades, mas também realizaram atos de rua, com os temas “defesa da democracia” e “Fora Cunha”. Seus atos foram festivos e com o objetivo de realizar pressão parlamentar. Tanto é que após o triunfo do golpe na votação na Câmara dos deputados, têm realizado atividades de recepção dos deputados nos aeroportos, aplaudindo os da base do governo e vaiando os golpistas. Sintomas de uma política de capitulação, impotente para derrotar o golpe, por se mover no limite da pressão às instituições do Estado, já alinhadas com o impeachment.

Em todas as nossas intervenções, mostramos a natureza da crise política da burguesia, enraizada no capitalismo em decomposição. Apontamos que não há “democracia” em abstrato para ser defendida. A democracia que a direita golpista defende e na qual o PT se ancorou é a democracia burguesa, que em nosso país semicolonial é a democracia oligárquica. O mecanismo do impeachment é sua expressão, uma forma antidemocrática de um punhado de parlamentares usurparem os votos de milhões de eleitores. Mostramos como seria um processo democrático de julgamento de um governo, por meio dos tribunais populares, das assembleias sindicais e populares, com a possibilidade de revogabilidade dos mandatos por parte daqueles que os elegeram. Indicamos que a política do PT e das entidades estatizadas e burocratizadas levariam o governo ao cadafalso. As massas só se envolveriam na luta democrática contra o golpe se esta bandeira se vinculasse com a defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e previdenciários.

A ausência do partido revolucionário desarma as massas contra os ataques dos capitalistas, e se manifesta na impossibilidade atual das organizações sindicais, estudantis e dos camponeses se libertarem da política de capitulação do PT. Nestas condições, sem força social para organizarmos uma fração do movimento, realizamos ações de propaganda e formação. Distribuimos os manifestos do partido na universidade e na porta de fábrica, com o Boletim Nossa Classe. Atuamos por meio do boletim docente, estudantil (universitário) e secundarista. Incluímos a discussão sobre a política proletária diante do golpe contra o governo Dilma na formação política aberta que realizamos. Participamos de um debate na universidade, dividindo a mesa com um professor, simpatizante do MRT e um representante do MST. Esta ação de propaganda é parte de construção do Partido Operário Revolucionário na Paraíba, condição necessária para que se supere a crise de direção.

Paraná: predomínio de manifestações a favor do golpe

No Paraná, como na maior parte dos estados do Sul, predominaram as manifestações de apoio da pequena-burguesia ao golpe. Na capital e nas principais cidades do estado, foi intensa a mobilização dos golpistas e muito comemorado o resultado da votação da Câmara dos Deputados.

Na capital, onde se localiza o QG da Lava Jato, o juiz Sergio Moro foi ovacionado numa pizzaria. Em outras cidades, como em Londrina, as organizações e sindicatos patronais promoveram concentrações para assistir o lamentável circo da Câmara em telões.

Dos 30 deputados paranaenses, 26 votaram pelo impeachment e só 4, contra. Teve até uma deputada que votou contra o governo Dilma, mas declarou que o “próximo seria o governador do Paraná”, Beto Richa. Ocorre que este é denunciado em vários episódios de corrupção (da receita estadual, das escolas e outros) que beneficiaram sua campanha e também praticou as famosas “pedaladas” no final do seu primeiro mandato.

As manifestações contrárias foram escassas e não tiveram maiores repercussões. Houve debate de juristas na

UFPR, em Curitiba, mas restrita a um público acadêmico, algumas semanas antes da votação. Sua importância se limitou a se contrapor ao Juiz Sérgio Moro na escola onde ele dava aula. Em Londrina, houve dois atos bem esvaziados e um debate público na UEL que juntou o público acadêmico. Ademais correram duas listas de abaixo-assinado por professores da universidade uma contra o golpe e outra a favor.

Somente o MST fez alguma intervenção mais efetiva para denunciar o golpe, fechando algumas estradas e postos de pedágio. Estas manifestações tiveram também o objetivo de denunciar o assassinato de dois Sem-terra pela polícia militar, semanas atrás.

Nem os sindicatos da CUT, nem o PT têm hoje condições de arrastar os explorados para defender o governo, pois estão todos comprometidos na defesa da ordem legal burguesa e sem condições de levantar a defesa das reivindicações das massas. Ademais, no estado do Paraná, importantes quadros do partido estão comprometidos na corrupção da Lava Jato.

Rondônia

Manifestações contra ou a favor do golpe na região norte não tiveram o mesmo fervor que nos estados das demais regiões do país

As manifestações a favor e contra o impeachment se deram separadas. O movimento “Gigantes da Pátria” (a favor) se concentrou no espaço alternativo da capital, com centenas de pessoas e no final da votação saíram em carreata pelas principais ruas da capital.

Tanto favorável quanto contra o golpe, as manifestações nos estados da região Norte não foram diferentes em entusiasmo da população na participação desta luta. Em Rondônia, as manifestações não foram tão intensas como nos demais estados da região Nordeste, Sul e Sudeste e Centro-oeste. Seguiram o ritmo dos demais estados da região Amazônica.

Em Rondônia, aconteceram quatro importantes manifestações contra o golpe que foram organizadas pelo movimento “Frente Brasil Popular”. Em Ji-Paraná, zona central do estado, aconteceram duas manifestações na área central da cidade. Das duas manifestações que aconteceram em Porto Velho, a primeira se deu na zona leste da cidade, no período da greve dos trabalhadores municipais da educação. Na hora da assembleia, dia 18 de março, os presentes foram convidados a participarem da manifestação, que levou para as ruas principalmente militantes do PT e direções de entidades como a CUT, MAB e os dirigentes sindicais da capital, cujas direções são do PT e PCdoB e aliados.

A segunda manifestação em favor de Dilma concentrou militantes dos movimentos sociais: MAB, MST, MPA, CUT e

militantes do PT. Para dar início a esta segunda manifestação, no dia 17 de abril, os manifestantes se concentraram na Praça das Caixas D'Água, fechando as Avenidas com Rogério Weber e Sete de Setembro. Levantaram faixas e cartazes de apoio ao governo petista. O grupo é composto por militantes dos PT, PDT, PCdoB e contaram com a presença de caravanas de todo estado de Rondônia, reuniram cerca de 400 pessoas.

Ainda sobre a campanha contra o golpe realizada pela “Frente Brasil Popular”, no Estado, eles se oportunizaram do dia 14 de abril como dia de abertura do I Encontro do curso de Licenciatura de Educação do Campo e levaram um militante da Frente Brasil Popular, para falar contra o Golpe, fato que agradou à maioria dos participantes que são ligados aos movimentos sociais (MAB, MST, MPA, etc.), liderados pelo PT e seus apoiadores.

O POR fez a campanha com a distribuição e colagem de manifestos e cartazes em escolas e universidades. No decorrer das manifestações dos três dias de paralisação nacional em defesa da educação pública, chamada pela CNTE e durante o período de greve dos trabalhadores municipais da educação, a militância teve a oportunidade de intervir, alertando os grevistas sobre o golpe e destacando a importância da nossa posição política expostas nos manifestos. Houve também a intervenção contra o golpe institucional durante o I Encontro da Licenciatura da Educação do Campo em Rolim de Moura.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Manifesto do Partido Operário Revolucionário contra o golpe - 12/04/16

Aos trabalhadores e à juventude

Afirmamos e reafirmamos o princípio democrático de que somente quem elegeu pode destituir o eleito. Quem elegeu Dilma Rousseff para a presidência da República foram 54 milhões de brasileiros, a maioria deles operários, camponeses, camadas da classe média pobre e juventude oprimida. O impeachment pelo Congresso Nacional destituirá a presidente, passando por cima da maioria que votou contra Aécio Neves e seu partido, o PSDB. É falso que os partidos e os deputados que compõem o Congresso Nacional representam a “soberania popular”.

Em nome dessa impostura, aqueles que estão pela derrubada do governo afirmam que o impeachment é legítimo e combatível com a democracia. Na verdade, é combatível com a democracia oligárquica do Brasil semicolonial, em que não há nenhum traço, nem sombra da soberania popular. Os partidos da burguesia que comandam o Estado e o Congresso Nacional estão acima e contrapostos à maioria nacional oprimida, que suporta o gigantesco peso da exploração do trabalho, da pobreza e da miséria. E suporta as decisões políticas e econômicas desfechadas lá do alto do Estado. De fato, a democracia burguesa no Brasil expressa tão somente a ultra minoria que concentra as riquezas do País. Essa ultra minoria está por decidir a derrubada do governo eleito pela maioria.

Evidentemente, foi necessário se forjar uma situação política em que se criou a ideia de que é a maioria da população é que quer o impeachment. A imprensa monopolista durante meses e meses tem servido de porta-voz do PSDB, de seus aliados no Congresso Nacional e das organizações empresariais para convencer as massas de que existe uma vontade nacional de interromper o mandato da presidente eleita. A poderosa força econômica, ideológica e política do Sudeste se colocou por movimentar a opinião pública em torno da ideia de que a crise econômica e suas consequências para os trabalhadores resulta tão somente da corrupção, da incapacidade e da política econômica do governo. E que por isso o Congresso Nacional cumpriria seu dever democrático destituindo Dilma Rousseff por meio do impeachment. Essa máscara democrática do golpismo cobriu todo o País, uma vez que a democracia oligárquica, nas atuais condições, está sob o comando do grande capital nacional e do imperialismo.

Uma grande fraude nacional se montou e está por concluir com a votação do impeachment. A crise econômica, marcada por profunda recessão não foi criada, nem alimentada pelo governo Dilma, mas pela própria classe capitalista e pelos poderosos grupos econômicos que agora querem cortar a sua cabeça. A bancarrota do Brasil é parte da desintegração do capitalismo mundial. Não há outra via burguesa de enfrentar a crise de superprodução a não ser destruindo forças produtivas (fechamento de postos de trabalho, desemprego, etc.) e atacando a vida das massas. É isso que está em questão no Brasil. É essa condição objetiva proveniente das leis de funcionamento do capitalismo que pôs à pique o governo Dilma, desmascarou o reformismo petista, impulsionou a direita burguesa e potencializou o movimento pela derrubada do governo.

A clamorosa discussão e divergência em torno da acusação de que a gestão de Dilma Rousseff cometeu “crime de responsabilidade fiscal” é parte dessa grande fraude nacional. Trata-se de um problema da burguesia e de seus governantes. Para a classe operária e demais oprimidos não existe “crime de responsabilidade fiscal”. E não diz respeito a ela dizer se houve ou não. Isso por que diz respeito somente aos interesses dos seus exploradores, isto é, da burguesia. No entanto,

as forças do impeachment têm arrastado a grande maioria da classe média, camadas da classe operária e dos camponeses a acreditarem na falsa relação entre “crime de responsabilidade fiscal”, incapacidade de governar e corrupção.

O real motivo dos partidos da oposição burguesa se lançarem ao impeachment, criarem uma falsa justificativa e contarem com as instituições do Estado para a sua consecução está em que o grande capital necessita de um novo governo capaz de atacar e enfrentar os explorados. O governo Dilma e o PT já não lhe servem. Eis por que os porta-vozes da burguesia responsabilizam artificialmente o “estatismo” e o “populismo” dos governos petistas como causadores pela crise econômica e social. O verdadeiro motivo da derrubada do governo é ocultado aos olhos da maioria oprimida. Sem dúvida, é de seu interesse conhecer a política econômica que afetará a economia do País e suas vidas. Mas não é esse o real motivo do impeachment que tem sido colocado para os explorados. A máscara e o desvio que ocultam os verdadeiros motivos servem ao golpe institucional e à farsa democrática.

A maioria oprimida, devido à ausência de um poderoso partido revolucionário, não pôde compreender porque se trata de um golpe e as suas razões. São os explorados que elegeram os deputados que estão prestes a servir aos interesses da grande burguesia paulista, votando o impeachment. O Congresso Nacional, constituído de bancadas parlamentares ultraconservadoras e reacionárias, é que decidirá nestes dias o destino de um governo eleito por 54 milhões de votos. As seções da Comissão Especial tiveram o mérito de expor ao País a pequenez e a miséria política dos deputados. O circo montado transpareceu, sem atenuantes, o golpe em curso. Ao admitir o impeachment por meio de um relatório montado num pré-julgamento e conclusão pré-estabelecida se evidenciou que o golpe estava dado, bastando a sua confirmação final na Câmara de deputados. Esse momento não deixou e não deixará dúvidas de que é a burguesia que destituirá o governo em nome da “democracia, do Estado de direito e da população”.

A defesa do governo na Comissão Especial reafirmou sua convicção de que o impeachment é um instrumento da democracia. E que para ser aplicado é preciso que haja um atentado à Constituição, ou seja, ao domínio da burguesia. Isso o PT e seu governo não fizeram. Segundo os governistas, não há “crime de responsabilidade fiscal” e, por isso, neste caso, o uso do impeachment é golpe. Ao assumir o impeachment como parte da democracia, os governistas se contrapuseram ao princípio democrático da revogabilidade do mandato, que por sua natureza pressupõe a soberania popular, ou seja, somente quem elegeu pode julgar e destituir o eleito. O princípio da revogabilidade do mandato não cabe na democracia oligárquica e não pôde ser desenvolvido em nenhuma democracia burguesa mais perfeita. Para ser aplicado, é preciso que não apenas os políticos sejam eleitos, mas também todos os cargos de poder no Estado, como os ministros do Supremo Tribunal Federal, os promotores, etc.

Como um partido que se integrou ao Estado e à política burguesa, o PT não tem como se defender do golpe levantando a bandeira democrática de que Dilma somente pode ser destituída por quem a elegeu e jamais pelo Parlamento ou por qualquer outra instituição do Estado. Esse acontecimento está mostrando que não há como democratizar o Estado e a política burguesa, como pretendiam os reformistas do PT e estalinistas do PCdoB. Somente será dado um passo à frente na luta democrática no momento em que as massas em luta tomarem

e suas próprias mãos os crimes dos partidos e da classe capitalista, constituindo um Tribunal Popular. É preciso ir a fundo nesta experiência política. Não apenas a direita burguesa está prestes a concluir o golpe como também a esquerda petista e seus aliados estão prestes a capitular diante do golpe. Ao reconhecer o impeachment como meio democrático, rechaçam a luta pela bandeira de que somente quem elegeu pode destituir o eleito.

Sob o manto da crise política, que começou a ser estendido desde a vitória eleitoral do PT, os capitalistas têm atacado brutalmente a classe operária, os demais oprimidos e a juventude. As demissões ganharam proporção nacional e atingiram todos os setores da economia. A taxa de desemprego retomou a patamares históricos. O custo de vida se tornou insuportável. Milhões ficaram inadimplentes. O sucateamento dos serviços públicos, principalmente da saúde, voltou-se contra a vida das massas. A escalada da marginalidade e a matança de jovens, principalmente negros, indicam o avanço da barbárie social. A ofensiva da polícia contra as ocupações urbanas e rurais expõe o Estado policial. O recente assassinato pela polícia de dois sem-terra no Paraná, bem no momento em que a Comissão Especial realizava o circo do golpe, é a demonstração mais clara de qual é a democracia vigente no País. Toda atenção dos sindicatos e centrais esteve voltada para o impeachment. Viram às costas para as necessidades das massas e, em particular, da classe operária. Evitaram convocar as assembleias em todos os sindicatos do país para responder as demissões em massa, ao custo de vida, às reivindicações camponesas e aos ataques da polícia aos movimentos. A CUT, CTB, MST, UNE etc. carregaram essa responsabilidade. Advogaram a posição de que levantar as massas em defesa de suas reivindicações enfraqueceria a defesa do governo, portanto serviria ao golpe.

Na realidade, esse era o único caminho para quebrar a espinha dorsal dos golpistas. O que quer dizer não apenas romper a camisa de força do impeachment, como também desmascarar a farsa que um

novo governo serviria os interesses da população e do Brasil. Mas essa via se chocaria com a política econômica do governo, com o Congresso Nacional, com as instituições estatais e da burguesia concentrados na tarefa de derrubar Dilma Rousseff.

Aconteça o que acontecer no Congresso Nacional, a crise econômica continuará a ditar a crise política. Os explorados não terão como conter seu instinto de revolta. Trata-se de dar continuidade à luta pela independência política do proletariado, como tem feito o Partido Operário Revolucionário, que combateu sem vacilação o golpe sob a bandeira de quem elege pode destituir o eleito. Demonstramos ser falsa a posição de que para combater o golpe era preciso defender o governo. Em absoluto! O certo é que, para quebrar a espinha dorsal do golpe, não se podia defender o governo burguês de Dilma Rousseff. A esquerda que se colocou contra o golpe apoiando o governo traiu os interesses dos explorados e se desviou do campo da independência de classe. A esquerda que se negou a reconhecer o golpe sequer foi capaz de defender o princípio democrático da revogabilidade do mandato, permanecendo, sem que pretendesse, no campo do golpismo.

No dia seguinte à votação do impeachment, a maioria explorada continuará com sua tragédia social. Se Dilma cai, os explorados terão de lutar contra o novo governo! Se Dilma fica, terão de lutar contra novas medidas de arrocho. Está aí por que o desvio de atenção da classe operária para a crise política resulta em dificuldades para no dia seguinte continuar a luta por suas reivindicações. É preciso redobrar os esforços em torno do objetivo de organizar um movimento nacional de frente única em defesa da vida da maioria oprimida.

Não ao impeachment!

Abaixo o golpe!

Somente quem elegeu Dilma Rousseff pode destituí-la!

Organizar a luta nacional dos explorados por um programa de reivindicações!

O FMI na estratégia de desestabilização do governo Dilma

Os mecanismos de desestabilização externa do governo Dilma se apoiaram em uma campanha de informações econômicas e financeiras que objetivou criar a base política e social interna que colocasse como inevitável o impeachment, sob a justificativa de o Brasil voltar à “senda do crescimento”.

Desde meados de 2015, os órgãos financeiros e agências de crédito acirraram os ataques contra o governo Dilma pela sua “incapacidade” de gerir a economia nacional e barrar a queda econômica. As agências de avaliação de risco rebaixaram as “notas” do país, o que resultou no aumento dos juros de financiamento internacional e na saída de capitais do país.

O “pessimismo” expresso pelo FMI sobre os rumos do país serviu para o imperialismo acenar com a exigência de o Brasil manter seus compromissos com o capital parasitário. O que era incompatível com a manutenção de um governo incapaz de centralizar as forças do Estado e as frações burguesas nacionais e de realizar os ataques na forma e com a violência exigidas pela crise capitalista mundial e nacional.

A grande imprensa imperialista promove o golpe e o “governo Temer”

Os porta-vozes mais destacados da burguesia mundial se colocaram abertamente pela saída do governo Dilma Rousseff do poder. Os jornais *Financial Times* e *New York Times* (EUA), *The Economist* e *Financial Times* (Inglaterra), os monopólios da BBC e CNN, dentre muitos outros, expressaram abertamente a política imperialista de pressionar o governo a renunciar. Indicavam a renúncia como a saída mais favorável para conter a crise política. E consideravam o impeachment

como uma via que acirraria a crise e ampliaria as divisões sociais, dificultando assim a estabilização do futuro governo.

Uma vez que as forças golpistas ganharam projeção e a via do impeachment consolidou, a imprensa imperialista passou apoiá-lo abertamente. Foi *The Economist*, principal porta-voz da burguesia financeira mundial, que na sua edição do dia 15 de abril assinalou claramente que a derrocada do governo Dilma era favorável aos interesses capitalistas. E que não apenas os “investidores animarão o voto do impeachment”, mas que também muitos acham que qualquer solução é melhor do que a desmoralizada Rousseff.

Realizado o impeachment, o centro das preocupações passou ser o plano econômico e a estabilização do “governo Temer”. *The Economist*, na mesma edição do dia 15 de abril, afirma que a principal tarefa de Michel Temer no poder deveria ser a de “reduzir o déficit fiscal [o que] exigirá uma combinação de corte de gastos e elevação de impostos”. Para depois advertir: “nenhuma das quais é popular” e que “algumas delas exigem, aliás, mudanças constitucionais a serem promulgadas”. Finaliza aconselhando sobre a necessidade de formar um “governo de tecnocratas”. Em outras palavras: um governo não diretamente apoiado e condicionados às disputas aparelhistas e às negociações parlamentares. Ou seja, um governo apoiado diretamente no imperialismo e nas frações burguesas nacionais mais concentradas.

O judiciário e o Ministério Público Federal: redutos da reação pró-imperialista

Segundo informara o jornal “Valor”, de 4 de abril, parte da força tarefa do MPF e da PF viajou entre janeiro e fevereiro aos EUA

para apresentar provas da corrupção na Lava Jato ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O interesse do imperialismo passa por controlar os vazamentos e os utilizar segundo as circunstâncias mais convenientes. O fundamental está em que, uma vez desfechado o golpe, o imperialismo pretende agora impulsionar um governo de “unidade nacional”, legitimado por eleições diretas. O governo Michel Temer terá na história o lugar de instrumento para a transição de um governo de “unidade nacional” legitimado pelo voto. Com a ameaça dos processos e dos vazamentos de corrupção contra renomadas lideranças dos partidos da ordem burguesa, o imperialismo adverte que usará e aproveitará todos os recursos e meios a seu dispor para cumprir esses objetivos políticos.

Está aí por que, dentre todas as instituições burguesas, o Judiciário concentra o núcleo mais reacionário e pró-imperialista das frações burocráticas do Estado burguês. Os ministros-burocratas sobrevivem aos governos, encarnando assim os interesses gerais da burguesia de defesa da propriedade privada e dos seus instrumentos de dominação e agindo como seu instrumento de centralização política perante as vacilações e as crises que se manifestam diuturnamente no Parlamento e Executivo.

Eleições diretas: a política imperialista para a saída à grave crise política

A desagregação das forças políticas burguesas e a rejeição popular contra os golpistas compõem como obstáculos para o avanço dos interesses imperialistas.

Na semana prévia ao golpe, o jornal *Financial Times* (EUA) advertia que após o impeachment se retomaria a crise política, porque “nenhum dos potenciais sucessores de Dilma têm mãos limpas”. O *New York Times*, afirma que o impeachment “não irá acabar com a turbulência no Brasil” e que Temer “não é exatamente um cavaleiro em brilhante armadura”. E coloca a seguir que pesquisas mostram que 68% da população do país consideram que ele também devia ter mandato cassado. Por sua vez, na sua edição do dia 9 de abril, *The Economist* assinalou que com uma Câmara “tomada pela corrupção” a convocatória de eleições diretas seria “o melhor caminho para defender a democracia”.

Observa-se que a grande imprensa imperialista e o imperialismo insistem em assinalar que um governo de Temer serviria de transição. De forma que se compreende que não teria por tarefa aplicar seus planos de uma vez só, mas, a de criar as condições de estabilização do próximo governo.

O maior temor do imperialismo é que a rejeição das massas contra os políticos envolvidos em casos de corrupção aprofunde os choques entre as classes sociais. Nesse cenário, a palavra de ordem de novas eleições diretas comparece como a melhor saída para o impasse político e econômico.

Essa condição está determinada pelo fato de que, embora o imperialismo constitua a principal força motriz das forças produtivas mundiais e leme da ditadura da burguesia mundial, vê-se obrigado a agir e manobrar politicamente na dependência das condições econômicas, políticas e sociais particulares que se desprendem da constituição histórica do capitalismo no país oprimido.

Interesses econômicos das movimentações golpistas do imperialismo

A partilha da exploração e extração do Pré-sal está no centro dos interesses imperialistas. Esses objetivos se revelaram com os vazamentos realizados pelo site Wikileaks, em 2011. Aí se demonstrava que o Departamento de Estado dos EUA monitorava a Petrobrás e as descobertas do Pré-sal, que constitui uma das três maiores reservas mundiais. Os custos de extração são de oito dólares por barril (um dos mais baratos do mundo). Uma combinação de fatores que pode

garantir ao imperialismo o controle estratégico sobre a produção e os preços do petróleo e gás mundiais.

Parte dessa estratégia passa também pela privatização da Petrobrás. Não se trata apenas da maior empresa nacional e responsável pela exploração e distribuição da maior riqueza do país. Mas também do carro-chefe de setores fundamentais da economia nacional como tecnologia aplicada, construção naval e fabricação de maquinaria pesada.

É evidente que avançar a privatização da Petrobrás e do Pré-sal significa atingir não somente os interesses dos governos e das frações burocráticas que parasitam os recursos orçamentários do Estado, como atingir fundamentalmente os interesses das frações da burguesia nacional que lucram com as obras de infraestrutura e de logística que rodeiam a Petrobrás. Isso explica por que as investigações do MPF, Polícia Federal e o juiz Sérgio Moro resultaram também nas prisões e processos de diretores das maiores empreiteiras nacionais. As apurações de envolvimento em crime de corrupção de grandes empreiteiras e as investigações realizadas sobre seus agentes políticos internos resultarão no disciplinamento das frações da burguesia nacional às diretrizes e aos planos gerais do imperialismo.

A política e tática revolucionária diante o governo golpista apoiado no imperialismo

O proletariado não teve como lutar contra o golpismo no campo da luta de classes sob a bandeira democrática do princípio de revogabilidade do mandato por quem elegeu. Uma vez consumado o golpe, o proletariado se enfrentará com a violenta ofensiva da burguesia contra suas condições de vida e trabalho. De forma que para não afundar mais ainda na miséria e no desemprego, os explorados terão de enfrentar os ataques combatendo o governo golpista com um grande movimento nacional unitário de luta.

Todo indica que se abre uma nova etapa da luta de classes no país. O que coloca a necessidade de o proletariado romper a camisa de força da burguesia, começando por desconhecer o governo surgido do golpismo e as instituições nas quais se apoia. Mas, fundamentalmente, rompendo com a passividade da via das contestações judiciais em que o PT está amarrado.

O avanço à independência de classe se dará não pela via da conciliação, mas da luta de classes. Por essa via, as massas enfrentarão as manobras imperialistas e de seus subservientes nacionais, com os métodos e o programa da luta de classes. O primeiro passo nesse sentido passará, sem dúvida, pela formação de uma frente única de defesa das condições de existência dos explorados, baseada nas assembleias gerais e nos comitês de frente única.

Passará também pela defesa dos Tribunais Populares para julgar e punir os crimes da burguesia e, fundamentalmente, pela defesa da emancipação do domínio imperialista, que implica a expropriação dos grandes meios de produção e sua transformação em propriedade social. O ponto de partida está na luta pela nacionalização da Petrobrás e expropriação de toda a indústria petrolífera de transformação e produção.

As massas não puderam constatar a influência do imperialismo no golpe e descobrir seus objetivos de saque do País. Mas assim que a luta do proletariado der um só passo na independência política, as forças do imperialismo se colocarão à luz do dia. Está aí por que é essencial explicar aos explorados o conteúdo pró-imperialista do golpe e as conexões dos partidos da burguesia com os interesses estratégicos das potências. Cedo ou tarde, o proletariado se colocará por dirigir o combate pela derrubada do poder burguês e pela instauração do governo operário e camponês, nascido das lutas e assentado na organização independente dos explorados. Inevitavelmente, a experiência com o golpismo que por ora triunfa servirá para fortalecer a construção do partido da revolução proletária.

O golpe no Brasil e as tendências da crise capitalista na América Latina

“Política é economia concentrada”. Essa constatação de Lenin tem fundamental importância para se compreender as leis econômicas e políticas que levaram ao golpe contra o governo Dilma. Dizer que a política é economia concentrada significa, em última análise, que os processos operados e as contradições desenvolvidas na base econômica em um momento dado se manifestam e se expressam no campo da superestrutura política, embora ajustada às leis próprias.

O fundamental dessa compreensão está em que os rumos da economia capitalista mundial se combinam com o percurso da luta de classes nacional, concretizando-se em uma situação política historicamente condicionada. O que pretendemos aqui frisar é que tanto a elevação eleitoral do governo do PT como sua queda correspondem às condições de alta e queda da economia capitalista mundial. Mas fundamentalmente aos processos determinantes do avanço ou retrocesso do proletariado no caminho de sua independência de classe.

A alta da economia mundial da década de 2000-07 constituiu uma sólida base material para que ascendessem ao Estado burguês os partidos e movimentos nacionalistas e reformistas. A economia vivia um momento de aumento dos intercâmbios comerciais e o mercado mundial criava condições para um aumento das exportações de matérias-primas. A alta dos preços acompanhava o crescimento constante dos volumes exportados. Os déficits na balança comercial -que expressaram a crise capitalista mundial na década de 1990 - cederam passagem ao aumento dos superávits e às inversões de capital na exploração e transformação de matérias-primas na agroindústria, na mineração e na extração do petróleo. Condições essas que, sem dúvida, ajudaram os governos nacionalistas e reformistas a estatizarem os sindicatos, a domarem o movimento operário e disciplinarem os movimentos populares com subsídios, limitados ganhos salariais, planos de moradia e atenção elementar à saúde. Essa estrutura política serviu ao fortalecimento das direções burocráticas, que atrelaram sua sobrevivência à conciliação de classes e à democracia burguesa.

Essas condições, porém, seriam insuficientes para permitir às frações de esquerda da burguesia e da pequena burguesia comandarem o Estado burguês sem que existissem, ao mesmo tempo, condições políticas e sociais que obrigassem a grande burguesia a ceder o lugar de gerenciamento de seu Estado a uma força burguesa não orgânica. Certamente, é um problema concreto para o imperialismo e para as frações mais reacionárias das burguesias semicoloniais as vitórias eleitorais de um Lula, de uma Dilma, de um Chávez, de um Kirchner ou um Evo Morales. Mas, sua elevação eleitoral correspondeu, com as devidas particularidades nacionais, a um mesmo fenômeno político que ganhou projeção histórica no seio da crise capitalista dos anos 90 do século passado.

O chavismo, o MAS, o kirchnerismo e o petismo são produtos históricos de uma mobilização de massas em escala continental que, em luta contra a burguesia, foi capaz de derrubar governos e se chocar com as instituições burguesas. Mas, histórica e politicamente incapaz de erguer uma política independente que levasse o proletariado ao poder apoiado na imensa maioria oprimida.

Toda a energia e determinação que os oprimidos desenvolveram contra os governos dos ajustes e dos ataques contra suas condições de vida, na década de 1990, não bastaram para impor uma saída independente à crise capitalista, que era uma crise do poder burguês. E foram assim desviadas para uma nova estabilização do regime

burguês e para as ilusões democráticas. O canal desse desvio foram os partidos e movimentos nacionalistas e reformistas. Os quais cumpriram um importante papel de contenção das massas e de preservação da grande propriedade privada.

Essa combinação dialética de fatores econômicos e políticos permitiu à burguesia consolidar seu domínio sobre as massas em um momento de grave crise econômica e desagregação do regime político. No entanto, bastou que a crise de superprodução empurrasse o capitalismo para o descenso para que esses alicerces cedessem e se aprofundasse a crise desses governos.

Sob as condições de crise estrutural do capitalismo e em face da necessidade de assentar o poder do Estado em frações capazes de centralizar autoritariamente as forças burguesas e as instituições, objetivando assim realizar uma violenta ofensiva contra as massas e suas condições de vida, a burguesia mundial e as frações internas mais concentradas passaram a atacar esses governos e exigir sua saída ou remoção.

Entretanto, treze anos do governo do PT no poder no Brasil, 15 anos do chavismo na Venezuela, 12 anos do kirchnerismo na Argentina, 10 anos do MAS na Bolívia e 9 anos de Rafael Correa no Equador ajudaram a fortalecer as bases sociais dos governos nacionalistas e reformistas. E soldaram grande parte dos oprimidos ao destino eleitoral desses governos.

Essas condições compareceram como um entrave para as forças reacionárias se comprometerem abertamente com o golpismo militar ou com o intervencionismo estrangeiro. A tentativa de golpe na Venezuela, em 2002, mostrou o perigo da resistência operária e popular. De forma que ganhou força a luta pela remoção dos governos pelas vias das eleições ou do golpismo parlamentar. O controle das instituições pelas forças da reação foi decisivo para a desestabilização dos governos, como se comprovou também pelas experiências do Paraguai e da Venezuela recentemente. E anteriormente em Honduras. A grande imprensa monopolista se pôs a serviço do estabelecimento de condições sociais para a remoção do reformismo e do nacionalismo do comando do poder do Estado, incentivando o conservadorismo e o reacionarismo entre as classes médias.

Foi necessário, no entanto, que as condições econômicas permitissem avançar nesse caminho e apresentar a remoção dos governos como se tratando de uma imposição da crise política e a necessidade de “estabilizar” as economias nacionais. Quando em 2010 despontaram as tendências recessivas e a crise avançou destruindo os ganhos salariais e agravando o desemprego, se apresentaram finalmente as condições para se avançar no objetivo da remoção dos governos. O controle burocrático pelos nacionalistas e reformistas dos destacamentos mais importantes do movimento operário latino-americano comparecia como uma condição necessária para manter a classe operária afastada da luta interburguesa e evitar sua irrupção na crise com uma política e métodos próprios de luta. Porém, era preciso ao imperialismo e às frações reacionárias da burguesia nacional ganharem ainda a pequena burguesia para os objetivos de remoção desses governos. Para isso, era necessário que a crise econômica levasse as frações majoritárias dessa classe a se pronunciarem por uma mudança de governo, associando-a com a promessa de um freio à destruição de suas condições de existência social como classe.

Assim, ao período de consolidação dos governos nacionalistas, dos reformistas e da “democracia popular” - que permitiram à burguesia

consolidar seu regime diante de uma situação de recrudescimento da luta de classes e lucrar como nunca antes - seguiram as movimentações golpistas (Paraguai e Venezuela), as manobras diplomáticas e políticas internas de desestabilização dos governos (Venezuela, Brasil e Argentina), o fortalecimento eleitoral da direita pró-imperialista, etc. Por trás da ofensiva dos partidos orgânicos e reacionários da burguesia semicolonial, esteve sempre o imperialismo. Seu objetivo é o de remover os governos que hoje constituem uma trava para elevar ao poder do Estado as frações mais comprometidas com os ajustes e capazes de centralizar as forças burguesas nacionais por detrás dos objetivos traçados pelo imperialismo desde fora do país.

Eis por que o que acontece no Brasil nada mais é do que a expressão de um processo mundial de avanço das forças imperialistas e dos seus subservientes nacionais para a restauração das condições de seu direto domínio dos Estados em toda América Latina. Esse objetivo é favorecido pelo fracasso das políticas de “distribuição de renda”, de transformação do país pela via das reformas pacíficas do Estado burguês e da preservação da grande propriedade privada monopolista.

O fracasso da política pequeno-burguesa em transformar o país pela via das reformas e da conquista eleitoral do Estado burguês demonstra, em última instância, a incapacidade da burguesia semicolonial em romper com o domínio imperialista e avançar a unidade continental como uma via capaz de enfrentar as movimentações dos monopólios por cima das fronteiras nacionais. Eis o fundamento social da incapacidade da burguesia semicolonial opor uma resistência eficaz ao intervencionismo imperialista nos assuntos internos dos países oprimidos. O que se expressou claramente nas “ameaças” desfechadas pela UNASUL, ALBA e OEA contra o golpismo em Brasil. A UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) se pronunciou contra o impeachment indicando-o como um golpe de Estado e uma ameaça

à “segurança jurídica da região”. O secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), Luis Almagro, disse que não existia “prova que a vincule [Dilma, NR] de maneira direta com a prática de um delito comum”. E que, se assim fosse, “provavelmente seríamos os primeiros a apoiar um afastamento”. Para finalmente assinalar que poderiam ser aplicadas “as cláusulas democráticas que constam nos estatutos das entidades”. Essas “cláusulas” foram acionadas pela OEA contra o Paraguai, quando um golpe institucional destituiu da presidência Fernando Lugo. O Brasil e outros 14 países tinham classificado naquela ocasião a destituição como um “golpe de Estado parlamentar”.

O Paraguai foi suspenso do Mercosul por um ano. Quando recuperou sua condição de país membro, foi a própria Dilma que declarou, em setembro de 2013, que a medida “não teve consequência nenhuma”. Esse reconhecimento da impotência da medida indicou claramente que a OEA não passa de uma casca oca. Por outra parte, para serem aplicadas as “sanções”, no caso da UNASUL, deveriam ser aceitas por todos os membros e votadas unanimemente. Nada indica, no entanto, que o governo Macri possa acompanhar essas medidas, o que deixaria sem nenhum efeito as críticas moralizantes contra o impeachment. No caso da OEA, trata-se da posição de seu representante, não do conjunto dos 35 países que a conformam. Também nada indica que os Estados Unidos permitam quaisquer medidas políticas ou econômicas contra os golpistas.

Nota-se que todos os governos burgueses reconhecem ao impeachment como um instrumento legal e inscrito nas Constituições. A precária reação do governo Dilma diante do golpe expressou a impotência dos governos reformistas e nacionalistas em barrar as movimentações do imperialismo. Não estão dispostos a mobilizar as massas em defesa do princípio democrático de somente quem escolheu, pode destituir o governo eleito. O que obrigaria a projetar a luta contra o golpe pela via da ação coletiva de massas. Mas, esses governos estão fisiologicamente incapacitados de se apoiar na luta de classes contra o grande capital. O que exigiria avançar a nacionalização da grande propriedade privada e romper o domínio imperialista.

O problema fundamental da presente etapa da crise capitalista no Brasil e na América Latina está em que a classe operária não tem se manifestado como força social independente. Não se pode desconhe-

cer, nem por um só minuto, que o caminho de sua independência política depende, em grande parte, do grau de elevação política e avanço da luta de classes em relação ao processo imediatamente anterior. Porém, o que se observa é que o proletariado e demais oprimidos chegam até a presente etapa da crise estrutural e de desagregação capitalistas desarmados para enfrentar a ofensiva da burguesia contra suas condições de vida. Mas, apesar de toda a sua importância, não é esse o fator decisivo. O que determina qual será o curso ulterior da crise, se de avanço da contrarrevolução ou da situação pré-revolucionária até a revolucionária, é que a vanguarda do proletariado e demais oprimidos se forje e se eduque no seio das lutas em defesa das condições de vida das massas e do programa da revolução. Somente enfrentando o governo golpista e seus ataques com a mobilização geral e unitária dos explorados por suas reivindicações e com a luta de classes podem os explorados do Brasil avançar a passos firmes no caminho de sua independência política.

Uma derrota do golpismo pela via e métodos da luta de classes seria uma experiência enorme para os explorados do todo o continente. Suas lições seriam rapidamente assimiladas pelos explorados da América Latina. E compareceria como um guia para ação revolucionária e para a emancipação das massas da política burguesa, expulsar o imperialismo do continente, avançar na expropriação da grande propriedade privada e na constituição de uma União de Repúblicas Socialistas Soviéticas baseadas na propriedade social dos meios de produção. Essa perspectiva obriga a vanguarda a trabalhar pelo fortalecimento do partido operário revolucionário.

Está claro que o golpe triunfou, sem que o proletariado tivesse como combatê-lo com sua estratégia revolucionária. O caráter embrionário do POR não permitiu que sua justa linha pudesse passar da propaganda à agitação entre as massas. Esse é o fator negativo da situação. Mas o acerto de suas posições está de acordo com a necessidade do proletariado de alcançar a independência de classe. Esse é o aspecto positivo. Trata-se de assimilar as razões históricas da deficiência e aproveitar ao máximo os acertos. Sem dúvida, a América Latina volta a ser estremecida pela crise mundial, pelas disputas interburguesa e pela ameaça das massas libertarem suas energias revolucionárias. A experiência por que passa o Brasil deve servir ao trabalho pela reconstrução da IV Internacional.



The Economist: porta-voz do imperialismo pressiona em apoio ao golpe e por eleições gerais